

RELATÓRIO NACIONAL



Mapeamento Povos Ciganos

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

TED 05/2023 (UFJ/MIR)

Agosto 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO NORTE DO TOCANTINS



Universidade
Federal
Fluminense





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL
Anielle Franco
Ministra de Estado da Igualdade Racial

Ronaldo dos Santos
Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades
Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos - SQPT

Edilma do Nascimento Souza
Coordenadora Geral de Políticas para Povos Ciganos

Phillipe Cupertino Salloum e Silva
Coordenador Geral do TED 05/2023 (UFJ/MIR)

Maysa Mayara Costa de Oliveira
Coordenação projeto região Norte - UFNT

Emilene Leite Sousa
Coordenação projeto região Nordeste - UFMA

Ana Cláudia Souza Pereira
Coordenação projeto região Centro-Oeste - UFJ

Antonio Claudio Ribeiro da Costa
Coordenação projeto região Sudeste - UFF

Patrícia de Moraes Lima
Coordenação projeto região Sul - UFSC

Gleyber Calaça
Cartógrafo

Camila Araújo e Patrícia Lima
Elaboração e editoração gráficos e relatório final



LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Número de membros das comunidades de povos ciganos no Brasil.....	19
Mapa 2 - Quantidade de municípios brasileiros com indicativo de presença cigana em números absolutos e porcentagem por Estado.....	20
Mapa 3 - Municípios brasileiros com indicativo de presença cigana.....	21
Mapa 4 - Municípios com presença cigana - por região (Sul e Nordeste).....	22
Mapa 5 - Municípios com presença cigana - por região (Norte e Sudeste)	23
Mapa 6 - Municípios com presença cigana - por região (Centro-Oeste).....	24
Mapa 7 - Etnias por estado.....	29
Mapa 8 - Rotas de deslocamento por região.....	39
Mapa 9 - Acesso à água (por estados).....	44
Mapa 10 - Dificuldade de acesso a emprego - por estados.....	52



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de famílias ciganas, municípios e membros da comunidade por estado.....	18
Tabela 2 - Religião por Estado.....	32
Tabela 3 - Situação Documental e Registro Civil - por estado.....	34
Tabela 4 - Itinerâncias e tempo de permanência - por estado.....	35
Tabela 5 - Rotas de deslocamento, motivos e períodos - por estado.....	38
Tabela 6 - Estrutura de moradia - por estado.....	41
Tabela 7 - Acesso à água - por estado.....	47
Tabela 8 - Esgotamento sanitário - por estado.....	46
Tabela 9 - Acesso à infraestrutura - por estado.....	49
Tabela 10 - Atividades econômicas das populações ciganas - por estado.....	50
Tabela 11 - Estigmas, dificuldades e discriminação enfrentados por povos ciganos no Brasil, por região.....	63
Tabela 12 - Tradições mantidas - por estado.....	64



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de membros das comunidades ciganas por região brasileira.....	17
Gráfico 2 - Perfil - Gênero Regiões Centro-Oeste e Sul (em números).....	25
Gráfico 3 - Perfil Etário por estado (em números).....	26
Gráfico 4 - Presença das etnias nas regiões brasileiras (em números).....	27
Gráfico 5 - Presença das etnias por estados brasileiros (em números).....	28
Gráfico 6 - Subgrupos identificados (em números)	30
Gráfico 7 - Maior tempo de permanência - por estado.....	36
Gráfico 8 - Acesso à educação - por estado.....	54



1. Introdução.....	8
1.1. Objetivos do Mapeamento.....	8
1.2. Metodologia da Pesquisa	9
1.3. Considerações éticas e participativas	11
2. Contextualização Histórica e Sociocultural	12
2.1. Breve História da população cigana e das políticas públicas para a população cigana no Brasil.....	12
2.2. Diversidade Étnica, Grupos e Subgrupos.....	13
2.3. Estigmas, Discriminação e Invisibilidade Institucional	14
3. Registro da População Cigana no Brasil	16
3.1. Presença Territorial por Região, Estado e Município	16
3.2. Mapas cartográficos.....	19
3.3. Perfil Etário, Gênero e Composição Familiar, Deficiências	25
3.4. Grupos étnicos e subgrupos	27
3.5. Identificação com grupos religiosos	31
3.6. Situação Documental e Registro Civil	33
4. Indicadores Sociais e Econômicos.....	34
4.1 Localização e mobilidade.....	35
4.1.1. Itinerâncias	35
4.1.2. Rotas de deslocamento	38
4.1.3. Meios de transporte.....	40
4.2. Moradia e Território.....	41
4.2.1. Condições de habitação e assentamentos	41
4.2.2. Conflitos fundiários e vulnerabilidade territorial.....	42
4.2.3. Direito à cidade e acesso a infraestrutura.....	43
4.3. Trabalho, Previdência e Renda.....	50
4.3.1. Atividades econômicas e principais fontes de renda.....	50
4.3.2. Inserção no mercado formal.....	52
4.3.3. Acesso à previdência e políticas de inclusão.....	53
4.4. Educação.....	54
4.4.1. Taxas de escolarização e analfabetismo.....	54
4.4.2. Barreiras de acesso e evasão escolar.....	55
4.5. Saúde.....	56
4.5.1. Acesso a serviços de saúde básica - pública, privada.....	56
4.5.2. Indicadores de saúde da população em extrema vulnerabilidade	57
4.5.3. Saneamento básico.....	58
4.5.4. Insegurança alimentar	59
5. Direitos Humanos e Cidadania.....	60
5.1. Acesso a políticas públicas e programas sociais.....	60
5.2. Participação social e representação política	61
5.3. Discriminação institucional e acesso à justiça	62



6. Práticas culturais e tradições mantidas - quiromancia, garrafadas, acesso a editais.....	64
7. Particularidades Regionais e Iniciativas Locais.....	66
7.1. Experiências exitosas em políticas públicas para ciganos.....	67
7.2. Casos de diálogo intercultural e protagonismo comunitário.....	68
8. Desafios e Recomendações para a Formulação de Políticas Públicas.....	69
8.1. Inclusão nos instrumentos de planejamento e orçamento público	70
8.2. Necessidade de produção contínua de dados desagregados.....	71
8.3. Estratégias para a promoção da igualdade e reconhecimento étnico.....	72
8.4. Fomento das políticas de ações afirmativas para população cigana.....	73
8.5. Fortalecimento da participação social cigana na gestão pública.....	73
9. Considerações Finais.....	75
Referências.....	76



1 Introdução

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada em todo o Brasil como parte do projeto *Mapeamento e registro de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil*, desenvolvido por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 05/2023, celebrado em setembro de 2023 entre o Ministério da Igualdade Racial e a Universidade Federal de Jataí, por meio do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

A iniciativa parte do reconhecimento de que os povos ciganos — Calon, Rom e Sinti — são grupos tradicionais que participam da formação histórica e cultural da sociedade brasileira, mas que permanecem invisibilizados nas estatísticas oficiais, nas políticas públicas e nos imaginários institucionais. Desde a chegada de povos ciganos ao Brasil, sua presença tem sido marcada por estigmas, preconceitos e interpretações reducionistas, que associam negativamente o estilo de vida nômade, as práticas culturais próprias (como a leitura de mãos) e o uso de línguas não reconhecidas pelo Estado.

A escassez e fragmentação dos dados governamentais sobre os povos ciganos revelam uma lacuna histórica na produção de conhecimento e na formulação de políticas públicas voltadas à garantia de seus direitos.

Como aponta Sueli Carneiro (2003), “a ausência de políticas é também uma política - a política da omissão”. Essa omissão institucional contribui para a perpetuação das desigualdades raciais e étnicas, negando às populações historicamente marginalizadas o acesso à cidadania. No caso dos povos ciganos, essa invisibilidade se traduz na falta de reconhecimento oficial da sua cultura e seus saberes, na exclusão dos censos demográficos e na ausência de políticas específicas que atendam às suas realidades.

1.1 Objetivos do Mapeamento

O objetivo central da iniciativa foi compreender, de forma sistemática, a realidade social, econômica e cultural das comunidades ciganas no país, com ênfase no levantamento das rotas, territórios, tradições e demandas, bem como no monitoramento do acesso às políticas públicas existentes. Busca-se, assim, produzir um estudo exploratório que favoreça a difusão de informações qualificadas, subsidiando a formulação e o aprimoramento de ações governamentais voltadas a esse segmento populacional.

Para a execução, constituiu-se uma rede interinstitucional de universidades públicas federais, tendo a UFJ como unidade focal e coordenadora nacional do projeto. As universidades parceiras assumem a responsabilidade pelas diferentes regiões: a Universidade Federal Fluminense (UFF), no Sudeste; a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Sul; a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), no Norte; e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Nordeste.

Foram estabelecidas quatro metas: (i) seleção e organização das equipes de trabalho, com a articulação da rede de universidades em âmbito nacional e regional; (ii) desenvolvimento da pesquisa com identificação das rotas ciganas em todas as regiões brasileiras; (iii) sistematização dos resultados em relatório final, complementado por um seminário de apresentação pública; e (iv) contratação de serviços especializados para suporte técnico, prestação de contas e acompanhamento administrativo.

Dessa forma, o mapeamento pretende constituir-se como instrumento de reconhecimento e valorização das comunidades ciganas, além de promover a visibilidade social desse grupo historicamente invisibilizado e contribuir para o desenho de políticas públicas mais efetivas e inclusivas.

1.2 Metodologia da Pesquisa

Considerando as dimensões continentais do Brasil e a diversidade sociocultural das comunidades ciganas presentes em cada região, a pesquisa adotou uma abordagem metodológica flexível e contextualizada. Cada equipe regional definiu estratégias que melhor convergem para os objetivos do estudo, respeitando as particularidades locais e os modos de organização social das etnias Calon, Rom e Sinti. Apesar das especificidades regionais, alguns princípios metodológicos gerais foram comuns a toda a rede.

De modo geral, os levantamentos de dados foram viabilizados por meio do contato direto com lideranças comunitárias, estabelecendo-se um processo prévio de diálogo e consentimento. As entrevistas foram realizadas in loco, em visitas presenciais, conduzidas com base em formulários de campo previamente elaborados. As informações coletadas derivaram de entrevistas, observações de campo e consulta a registros do Cadastro Único (CECAD). Em respeito aos preceitos éticos que orientam pesquisas com populações tradicionais, os registros se limitaram a anotações e fotografias e utilização de gravações de áudio exclusivamente para os diários de campo.

No Nordeste, por exemplo, as entrevistas foram aplicadas presencialmente, em visitas previamente acordadas com as lideranças locais. Antes dos deslocamentos, a equipe realizava conversas preliminares para apresentar os objetivos da pesquisa e, em alguns casos, compartilhava o formulário de perguntas com antecedência, garantindo transparência e confiança no processo. O consentimento das lideranças foi a condição central para a efetivação das visitas.

Na Região Sul, por sua vez, optou-se pela pesquisa etnográfica de caráter participativo, fundamentada na escuta ativa e na valorização dos saberes locais. Essa abordagem propôs uma relação horizontal entre pesquisador(a) e participantes, reconhecendo os sujeitos da pesquisa como colaboradores(as) na produção de conhecimento. A etnografia participativa assumiu o compromisso ético e político de não apenas registrar, mas também dialogar com as cosmovisões ciganas, compreendendo os modos de vida a partir da convivência e do compartilhamento de experiências. O trabalho foi estruturado em quatro etapas: ciclo de escuta etnográfica, pesquisa de campo, sistematização e nucleação dos dados; e produção do relatório final.

A etapa final, dedicada à elaboração do Relatório Nacional, reuniu e sistematizou as informações provenientes de diferentes fontes documentais e empíricas. Entre os documentos oficiais analisados destacam-se: Dados Oficiais sobre os Povos Romani (Ciganos) no Brasil (2013); a cartilha A Importância da Geração de Dados sobre os Povos Romani (Ciganos) (2016); o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (2012); o Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos (2013); as publicações Diversidade no Cadastro Único: Respeitar e Incluir (2014 e 2015); recomendações do Ministério Público Federal (2018); e as Pesquisas de Informações Básicas Municipais (MUNIC) dos anos de 2009, 2011 e 2014.

Além das fontes documentais, foram incorporados os resultados de trabalho de campo em todas as regiões, incluindo visitas a acampamentos e residências fixas, aplicação de formulários, entrevistas com lideranças, além de levantamentos indiretos realizados por representantes ciganos em diversos municípios. Organizações representativas, como associações estaduais e centros de referência, também forneceram dados essenciais, ampliando a capilaridade do levantamento.

A partir dessa combinação de fontes documentais, trabalho empírico e colaboração direta com as comunidades ciganas, a pesquisa sintetiza um panorama abrangente sobre a realidade contemporânea dos povos Romani no Brasil, oferecendo subsídios qualificados para a formulação de políticas públicas e iniciativas voltadas ao reconhecimento, valorização e promoção de direitos dessa população.

1.3 Considerações éticas e participativas

A execução de uma pesquisa dessa magnitude, envolvendo comunidades e povos tradicionais em um país de dimensões continentais como o Brasil, exigiu especial atenção aos aspectos éticos, metodológicos e logísticos. O trabalho de campo foi orientado por um processo de amostragem condicionada, determinada pelas possibilidades concretas do projeto, pela abertura das comunidades em receberem os pesquisadores e pelo tempo disponível para a execução das atividades.

É importante destacar que nem todas as comunidades optaram por participar do mapeamento. Em algumas localidades, por exemplo, a decisão de não colaborar esteve relacionada ao elevado número de casos de violência contra os povos cigano. Ademais, conflitos internos entre famílias e rivalidades históricas também reforçaram a escolha de não expor informações como localização, nomes e narrativas de vida, de modo a evitar a intensificação de tensões já existentes. Foram relatados, inclusive, episódios de violência entre famílias rivais, que levaram alguns grupos a adotar estratégias de ocultamento de sua identidade cigana como medida de proteção.

Apesar das resistências, os dados coletados permitiram identificar aspectos comuns e específicos entre os municípios visitados, abrangendo temas como infraestrutura, organização comunitária, políticas públicas acessadas e desafios enfrentados. Para assegurar maior consistência e fidedignidade, as informações obtidas em campo foram comparadas com registros do Cadastro Único (CECAD), do IBGE e de associações ciganas locais, revelando, em alguns casos, divergências significativas. Tais discrepâncias podem ser atribuídas à recusa de autodeclaração étnica, ao sub-registro ou ainda à desatualização dos bancos de dados oficiais.

A coleta de dados também foi impactada pelas condições de acesso às áreas onde se localizavam os acampamentos e moradias, o que exigiu flexibilidade metodológica por parte das equipes regionais. Após a etapa de pesquisa in loco, procedeu-se à sistematização dos dados, possibilitando uma análise comparativa e integrada em nível nacional.

Assim, a pesquisa reafirma a centralidade da participação comunitária e o respeito aos limites estabelecidos pelos próprios povos ciganos, reconhecendo que a produção de conhecimento deve ser conduzida de forma ética, responsável e culturalmente sensível, preservando a segurança e a dignidade dos sujeitos envolvidos.

2 Contextualização Histórica e Sociocultural

2.1 Breve História da população cigana e das políticas públicas para a população cigana no Brasil

Os ciganos são povos tradicionais participantes do processo de formação da sociedade brasileira. Estima-se que os primeiros ciganos chegaram ao Brasil por volta de 1574, junto com imigrantes e pessoas expulsas de Portugal (Teixeira, 2000). Sua presença no país, assim como em outros lugares do mundo, é marcada por estereótipos e preconceitos sofridos, advindos de interpretações reducionistas tanto do estilo de vida (nômade), das práticas culturais próprias (como a leitura de mãos) ou pelo uso de uma língua “própria”, utilizada entre eles.

Considerando que os dados governamentais produzidos sobre povos ciganos, no Brasil, são escassos e encontram-se bastantes fragmentados, acreditamos ser necessário um esforço do poder público visando promover, por um lado, a atualização, qualificação e sistematização dos dados existentes, por outro, a produção de informações em parceria de lideranças ciganas. Por conseguinte, buscamos analisar neste relatório as redes traçadas por essas famílias, que se estabelecem em diversas regiões do país, evidenciando os fluxos e rotas, a maneira como se mobilizam e como essas redes se conectam através das relações de parentesco.

Dada a diversidade das etnias, não há uma única língua cigana única, o que demonstra as diferenças internas ainda que, genericamente, todos sejam chamados de “ciganos”. Nesse contexto, o convívio em comunidade assume um papel essencial para a preservação da cultura e identidade coletiva desses povos (Brasília, Codeplan, 2016).

Em relação às políticas públicas, observa-se que, historicamente, a população cigana foi alvo de invisibilidade e ausência de ações governamentais específicas. Somente nas últimas décadas houve maior atenção do Estado brasileiro para a necessidade de reconhecimento e inclusão desses povos. Documentos como o Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos (Brasil, 2013), a Cartilha sobre a Importância da Geração de Dados sobre os Povos Romani (Ciganos) (Brasil, 2016), e as recomendações do Ministério Público Federal (2018) indicam um movimento de valorização da identidade cigana e a busca por superar o histórico de marginalização e preconceito. Apesar desses avanços, ainda são grandes os desafios para a efetivação de direitos, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação, saúde, habitação e proteção social.

O mais recente marco legal federal para os povos ciganos é o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos (PNPC), instituído pelo Decreto nº 12.128, de 1º de agosto de 2024. Esse Plano visa combater o anticiganismo, ampliar o acesso das comunidades ciganas a serviços públicos e direitos sociais, promover inclusão produtiva, cultural e econômica, e reconhecer a territorialidade cigana, inclusive considerando a itinerância das rotas. Ele está organizado em dois eixos (Direitos Sociais e Cidadania e Inclusão Produtiva, Econômica e Cultural) e estabelece dez objetivos que incluem educação, saúde, moradia digna, documentação civil básica, valorização cultural, segurança alimentar, trabalho, emprego e renda, entre outros (Brasil, 2024). Além desse Plano, outras políticas públicas nacionais e marcos legais já estavam desenvolvidos nacionalmente:

- A Portaria nº 1.315, de 23 de novembro de 2016, que instituiu diretrizes para elaboração do antigo Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos – PNP/Ciganos, coordenado pela SEPPIR, definindo prioridades, metas, avaliação, participação social, identidade étnica etc.
- A instituição do Dia Nacional dos Povos Ciganos, celebrado em 24 de maio, oficializado por decreto presidencial em 2006, reconhecimento do papel histórico, cultural e identitário dos povos ciganos no Brasil.
- Políticas complementares como campanhas de valorização da cultura cigana, apoio em visibilidade de rotas, acampamentos e famílias, e a criação do Comitê Gestor do PNPC para monitorar e avaliar a implementação das ações previstas no novo decreto.

Assim, a história da população cigana no Brasil é marcada tanto por sua resistência cultural e capacidade de transmissão oral de conhecimentos, quanto por processos de exclusão e invisibilidade institucional. A recente inclusão da pauta cigana na agenda pública brasileira representa um passo importante, mas que exige continuidade, aprofundamento e articulação com as próprias comunidades para garantir políticas que respeitem sua diversidade e seus modos de vida.

2.2 Diversidade Étnica, Grupos e Subgrupos

A população cigana no Brasil é composta, principalmente, por três grandes grupos étnicos: Rom, Sinti e Calon. Cada um deles apresenta especificidades linguísticas, culturais e sociais que revelam a pluralidade dos povos ciganos e seus diferentes modos de vida. Os Rom têm sua origem associada à Europa Oriental e falam o idioma romani, subdividido em diferentes variantes dialetais. Os Sinti, tradicionalmente vinculados a países da Europa Central, mantêm práticas culturais próprias e falam o sintó, também com variações internas. Já os Calon, com presença mais expressiva em território brasileiro, falam o caló e preservam tradições fortemente enraizadas no convívio comunitário e nas redes familiares (Brasília, Codeplan, 2016).

Embora os povos ciganos sejam historicamente associados ao nomadismo e às atividades itinerantes, é fundamental destacar que nem todos os ciganos são nômades. Muitas famílias vivem em residências fixas, que podem variar desde casas de alvenaria até tendas, acampamentos ou casas de pau a pique. Nas últimas décadas, observou-se um crescimento do número de núcleos familiares sedentarizados em áreas urbanas, especialmente em bairros periféricos, como estratégia para garantir melhores condições de vida, acesso a serviços públicos, saúde e educação, sem abrir mão da essência de suas tradições e de seus modos próprios de organização comunitária (Brasília, Codeplan, 2016).

A transmissão cultural entre os povos ciganos ocorre predominantemente de forma oral, o que os caracteriza como povos ágrafo. Esse processo assegura a continuidade de saberes, tradições e costumes de geração em geração, mas, ao mesmo tempo, limita a existência de registros sistematizados produzidos a partir da perspectiva das próprias comunidades. Dessa forma, os relatos históricos disponíveis são majoritariamente oriundos de não ciganos, frequentemente permeados por visões preconceituosas e estigmatizantes, que inviabilizaram a riqueza cultural e social dessas populações ao longo do tempo (Brasília, Codeplan, 2016).

Na pesquisa, encontramos o registro da presença de ciganos das 3 etnias no Brasil (Rom, Sinti e Calon). Além da presença dessas etnias, a pesquisa identificou a diversidade interna expressa na existência de subgrupos pertencentes a essas etnias, como os Kalderash, Machwaia, Moldovano, Sibincone, Lovara, Manush, Italiaia, Romanichail, Boiachs, Galshkan, Gorbeta, Latatchos e Loshalo. Cada um desses subgrupos apresenta especificidades linguísticas, culturais e de organização social, ampliando a compreensão da pluralidade cigana no Brasil. Essa diversidade desafia as políticas públicas a reconhecer não apenas a população cigana de forma geral, mas também suas segmentações internas, fundamentais para a valorização de identidades, práticas culturais e demandas específicas de cada grupo.

2.3 Estigmas, Discriminação e Invisibilidade Institucional

A população cigana no Brasil historicamente enfrenta processos de estigmatização que a colocam à margem da sociedade. A construção de estereótipos negativos, como a associação com práticas ilícitas (como furtos), a ideia de não pertencimento territorial e a desconfiança em relação ao modo de vida nômade, reforça a percepção social de que os ciganos seriam “estranhos internos”. Esses preconceitos, amplamente reproduzidos ao longo do tempo, resultaram em um imaginário social marcado por narrativas de criminalização e inferiorização cultural, que têm impacto direto na forma como a sociedade e o Estado lidam com esses grupos (Spaziani, 2016).

Além do estigma social, a população cigana também enfrenta formas concretas de discriminação que limitam o acesso a direitos fundamentais. Situações como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o preconceito nas escolas, a violência policial e a restrição no acesso a serviços de saúde e moradia ilustram como o racismo institucional e a ciganofobia estão presentes no cotidiano dessas comunidades. A discriminação se expressa, muitas vezes, de forma explícita em espaços públicos e privados, mas também de maneira estrutural, por meio da ausência de políticas públicas específicas e do não reconhecimento das particularidades culturais desses povos.

Essa combinação de estigmatização e discriminação se articula com a invisibilidade institucional, que dificulta a construção de políticas públicas efetivas. Durante séculos, os ciganos foram invisibilizados nos censos e registros oficiais, o que contribuiu para a perpetuação da exclusão social e da negligência estatal. Ainda que avanços recentes tenham ocorrido, como a instituição de datas comemorativas e planos nacionais voltados a essa população, o desafio central permanece: superar a barreira histórica do não reconhecimento e enfrentar o preconceito enraizado, de modo a garantir não apenas a sobrevivência cultural, mas também a plena cidadania da população cigana no Brasil (Machado, 2016).

3 Registro da População Cigana no Brasil

3.1 Presença Territorial por Região, Estado e Município

A população cigana no Brasil é heterogênea e distribuída por todo o território nacional, abrangendo as cinco grandes regiões — Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul — e o Distrito Federal. Os registros históricos e dados atuais indicam a presença das principais etnias ciganas, Rom, Sinti e Calon, bem como diversos subgrupos, em municípios urbanos e rurais, em acampamentos temporários e em residências fixas. Apesar do crescimento de núcleos familiares sedentarizados, a mobilidade continua sendo um traço cultural importante para parte dessa população, sendo as rotas e deslocamentos aspectos centrais para compreender a dinâmica comunitária.

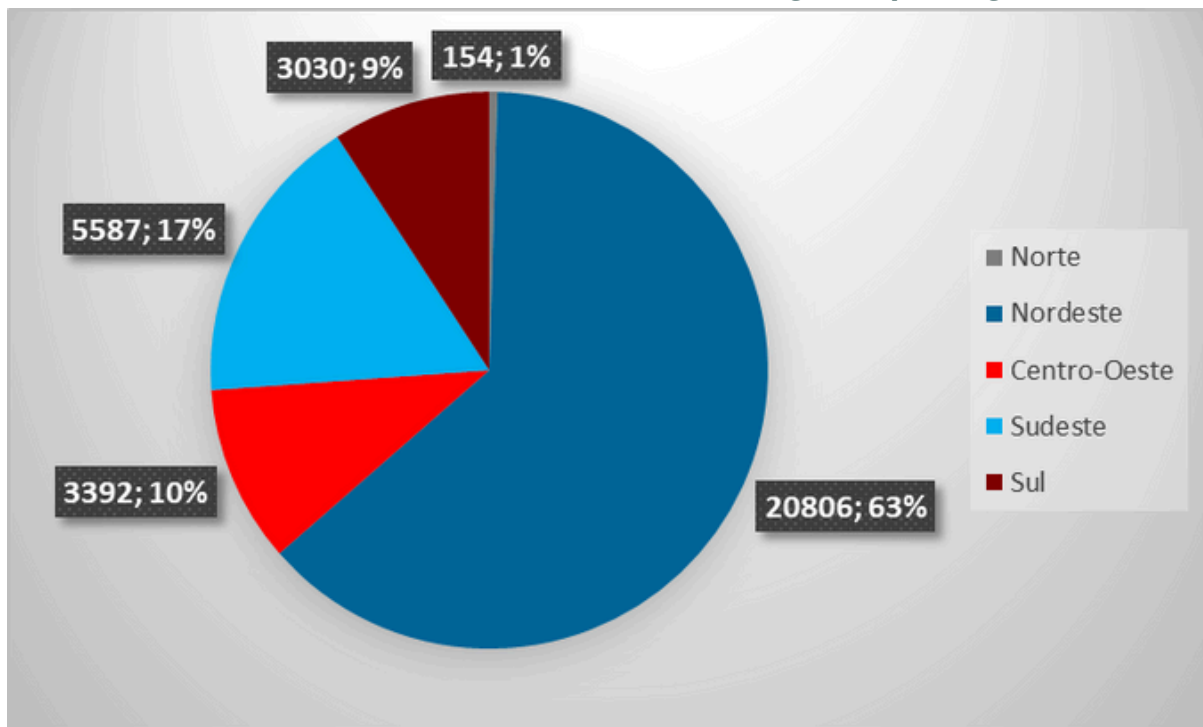
O levantamento realizado nesta pesquisa buscou mapear a presença territorial dos povos ciganos em cada estado, considerando tanto os registros oficiais, como o Cadastro Único (CadÚnico/CECAD) e informações de associações representativas, quanto as informações obtidas em campo, através de entrevistas, visitas in loco e observações de acampamentos e residências. É importante ressaltar que, devido à amplitude territorial do país e à própria disposição das comunidades, a pesquisa foi realizada por amostragem, sendo selecionados municípios estratégicos em cada região para coleta de dados.

Os resultados obtidos evidenciam não apenas a presença dispersa dos ciganos pelo país, mas também padrões de concentração em determinados municípios e estados, onde o acesso a políticas públicas, a infraestrutura e a visibilidade institucional variam significativamente. Esta análise territorial permite identificar não apenas os locais de maior presença populacional, mas também aponta para áreas com maior vulnerabilidade social e necessidade de intervenções específicas, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas e adequadas às demandas dos povos ciganos.

A análise da distribuição territorial da população cigana no Brasil, considerando o número de famílias e de membros das comunidades neste mapeamento, revela uma forte concentração no Nordeste, onde estão registradas 9.806 famílias totalizando 20.806 indivíduos, representando a maior parcela da população cigana no país (63%).

Em seguida, aparecem o Sudeste, com 1.197 famílias e 5.587 membros (17%), e o Sul, com 1.382 famílias e 3.030 membros (9%). A região Centro-Oeste abriga 678 famílias, correspondendo a 3.392 membros (10%), enquanto a região Norte possui a menor presença registrada, com 56 famílias e 154 membros (1%). Ao todo, o levantamento indicou 13.119 famílias ciganas no território nacional, somando 32.969 membros, residentes em 1115 municípios (20% do total de municípios brasileiros - 5570), demonstrando uma população dispersa, porém com núcleos expressivos em algumas regiões. Vale afirmar que esses dados iniciais dizem de um primeiro registro de dados sistematizados no Brasil sobre a população cigana, considerando a participação dos próprios sujeitos no processo de pesquisa. O acesso às famílias nas diferentes regiões foi bastante diferenciado devido às condições geográficas e territoriais para acesso das equipes de pesquisa.

Gráfico 1 - Número de membros das comunidades ciganas por região brasileira



Fonte: Elaborado pelos autores.

A tabela a seguir apresenta o registro detalhado da população cigana no Brasil por estado, região, número de famílias, municípios com presença de ciganos, formulários aplicados e número estimado de membros das comunidades:

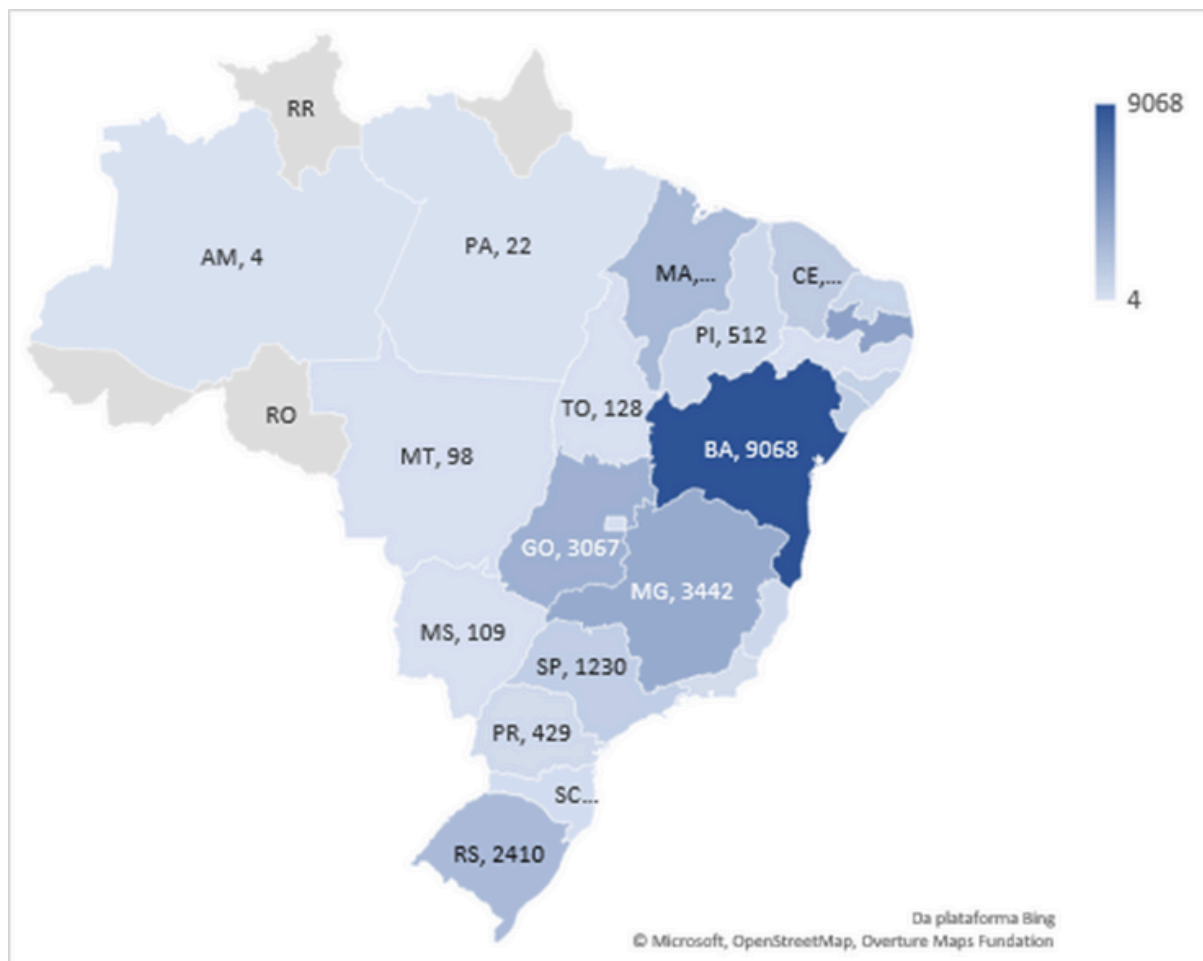
Tabela 1 – Número de famílias ciganas, municípios e membros da comunidade por estado

Estado	Região	Nº de famílias	Nº de municípios total	Nº de municípios com ciganos	Nº de membros da comunidade
Acre	Norte	–	22	–	–
Amapá	Norte	–	16	–	–
Amazonas	Norte	16	62	1	4
Pará	Norte	3	144	1	22
Rondônia	Norte	–	52	–	–
Roraima	Norte	–	15	–	–
Tocantins	Norte	37	139	8	128
Alagoas	Nordeste	536	102	32	1.054
Bahia	Nordeste	4.857	417	245	9.068
Ceará	Nordeste	350	184	41	1.400
Maranhão	Nordeste	638	217	72	2.552
Paraíba	Nordeste	1.245	223	48	4.000
Pernambuco	Nordeste	650	185	71	124
Piauí	Nordeste	257	244	47	512
Rio Grande do Norte	Nordeste	457	167	44	786
Sergipe	Nordeste	816	75	35	1.310
Goiás	Centro-Oeste	598	246	166	3.067
Mato Grosso	Centro-Oeste	25	141	28	98
Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste	31	79	20	109
Distrito Federal	Centro-Oeste	24	1	1	118
Espírito Santo	Sudeste	100	78	6	520
Minas Gerais	Sudeste	695	853	14	3.442
Rio de Janeiro	Sudeste	87	92	3	395
São Paulo	Sudeste	315	645	9	1.230
Paraná	Sul	35	399	50	429
Rio Grande do Sul	Sul	1.218	497	136	2.410
Santa Catarina	Sul	129	295	37	191

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para representar visualmente a distribuição da população cigana pelos estados brasileiros, elaboramos um mapa coroplético, onde a intensidade da cor representa a maior concentração da população cigana no estado correspondente, conforme a seguir. Ressalta-se que, na pesquisa de campo, não localizamos informações sobre a presença da população cigana nos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

Mapa 1 – Número de membros das comunidades de povos ciganos no Brasil



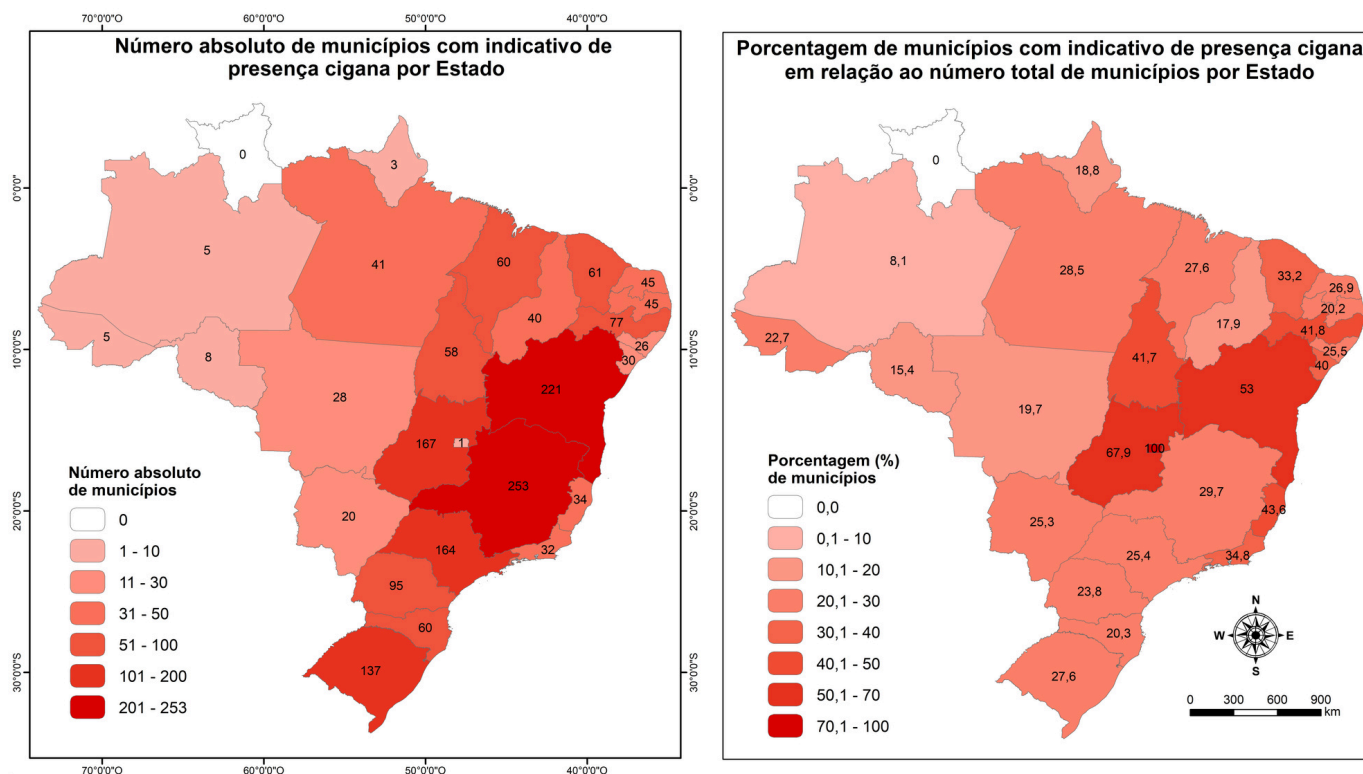
Fonte: Elaborado pelos autores.

O mapa aponta, portanto, que a maior concentração de ciganos atualmente, se encontra no Estado da Bahia, seguida por Paraíba, Minas Gerais, Goiás, Maranhão e Rio Grande do Sul.

3.2 Mapas Cartográficos

A pesquisa gerou a consolidação de um acervo cartográfico, transformado em mapas que ilustram as diversas perspectivas da presença de famílias e comunidades ciganas no país. Estes registros foram criados através da combinação de múltiplas fontes de dados — incluindo IBGE-Munic, CADÚnico, secretarias de governo (estaduais e municipais), associações ciganas consultadas e depoimentos de líderes entrevistados em visitas de campo realizadas no contexto do mapeamento realizado. O cruzamento dessas informações foi fundamental, pois trouxe à luz a presença cigana em locais que ainda não estavam oficialmente mapeados ou registrados por órgãos públicos e bases de pesquisa.

Mapa 2 - Quantidade de municípios brasileiros com indicativo de presença cigana em números absolutos e porcentagem por Estado



Realização: TED 03/2023 (UFJ/MIR) - Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sintí, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil

Mapeamento Povos Ciganos

Financiamento: Ministério da Igualdade Racial. Gestão financeira: FUNAPE.

Organização: UFJ.

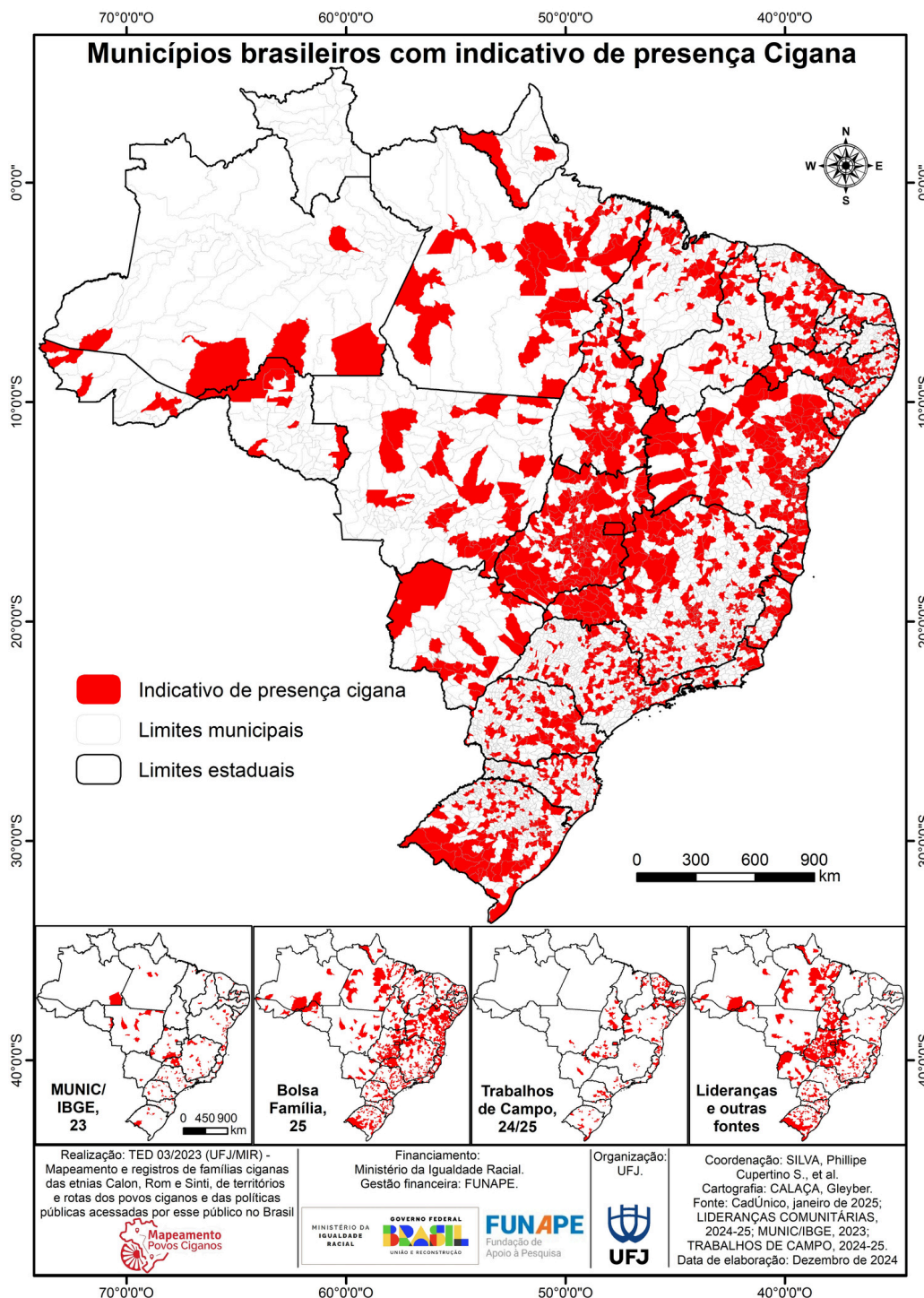
Coordenação: SILVA, Philippe Cupertino S., et al. Cartografia: CALAÇA, Gleyber. Fonte: CADÚNICO, janeiro de 2025; LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, 2024-25; MUNIC/IBGE, 2023; TRABALHOS DE CAMPO, 2024-25. Data de elaboração: Maio de 2025.

O mapa apresenta uma análise da presença cigana em municípios brasileiros, desdobrada em duas perspectivas: o número absoluto de municípios com presença cigana por estado e a porcentagem desses municípios em relação ao total do estado. Na distribuição absoluta (mapa à esquerda), o Brasil demonstra uma concentração notável de registros de presença cigana nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. O estado de Minas Gerais (253) se destaca de forma significativa, exibindo o maior número de municípios com essa indicação. Outros estados com alta contagem incluem Bahia (221), Goiás (167), São Paulo (164) e Rio Grande do Sul (137). Em contraste, estados da Região Sul e Norte, como Roraima, Amapá, Acre, Rondônia e Amazonas registram números absolutos consideravelmente menores.

Ao analisar a porcentagem de municípios (mapa à direita), percebe-se que, em diversas unidades da federação, a presença cigana se estende por mais da metade das cidades do estado.

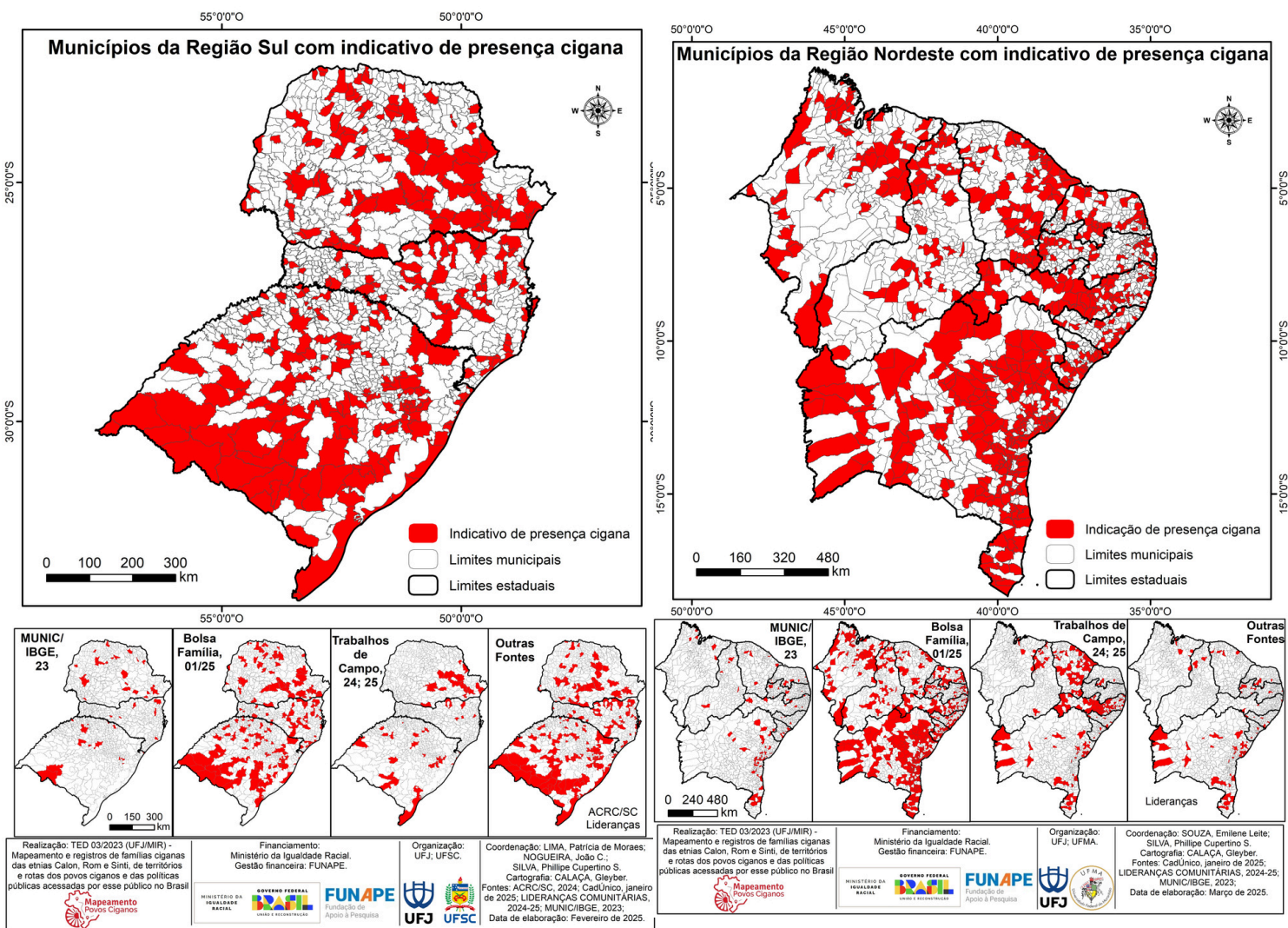
Este é o caso de Goiás e Bahia, onde a porcentagem atinge, respectivamente, 67,9% e 53% dos municípios, reforçando a ampla dispersão do povo cigano nessa área. O Pernambuco e o Tocantins também apresentam altas taxas, com 41,8% e 41,7% de seus municípios. Esta perspectiva percentual revela que a presença cigana não é apenas concentrada em grandes números, mas está dispersa e enraizada em uma fatia substancial das localidades, especialmente no Nordeste, o que é um dado crucial para a formulação de políticas públicas voltadas a esse grupo populacional.

Mapa 3 – Municípios brasileiros com indicativo de presença cigana

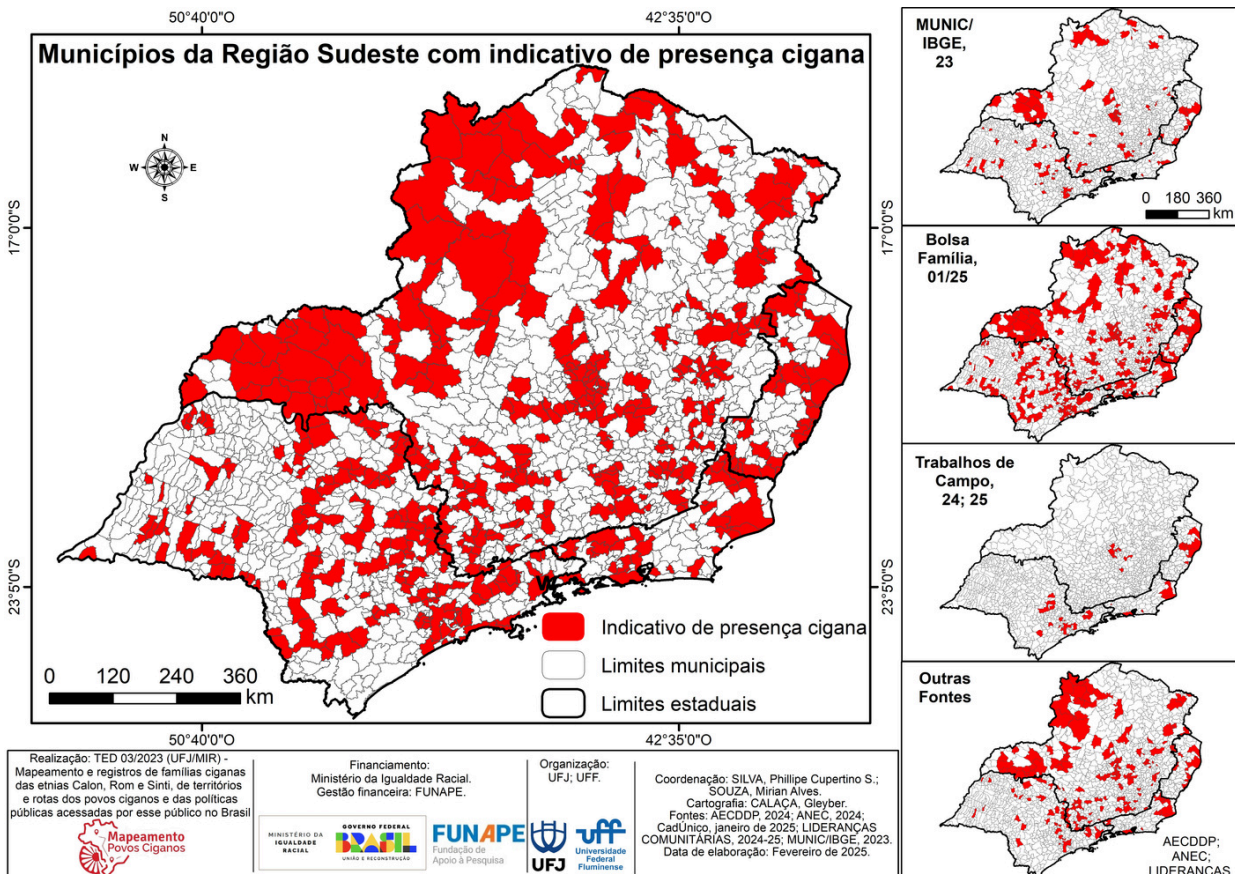
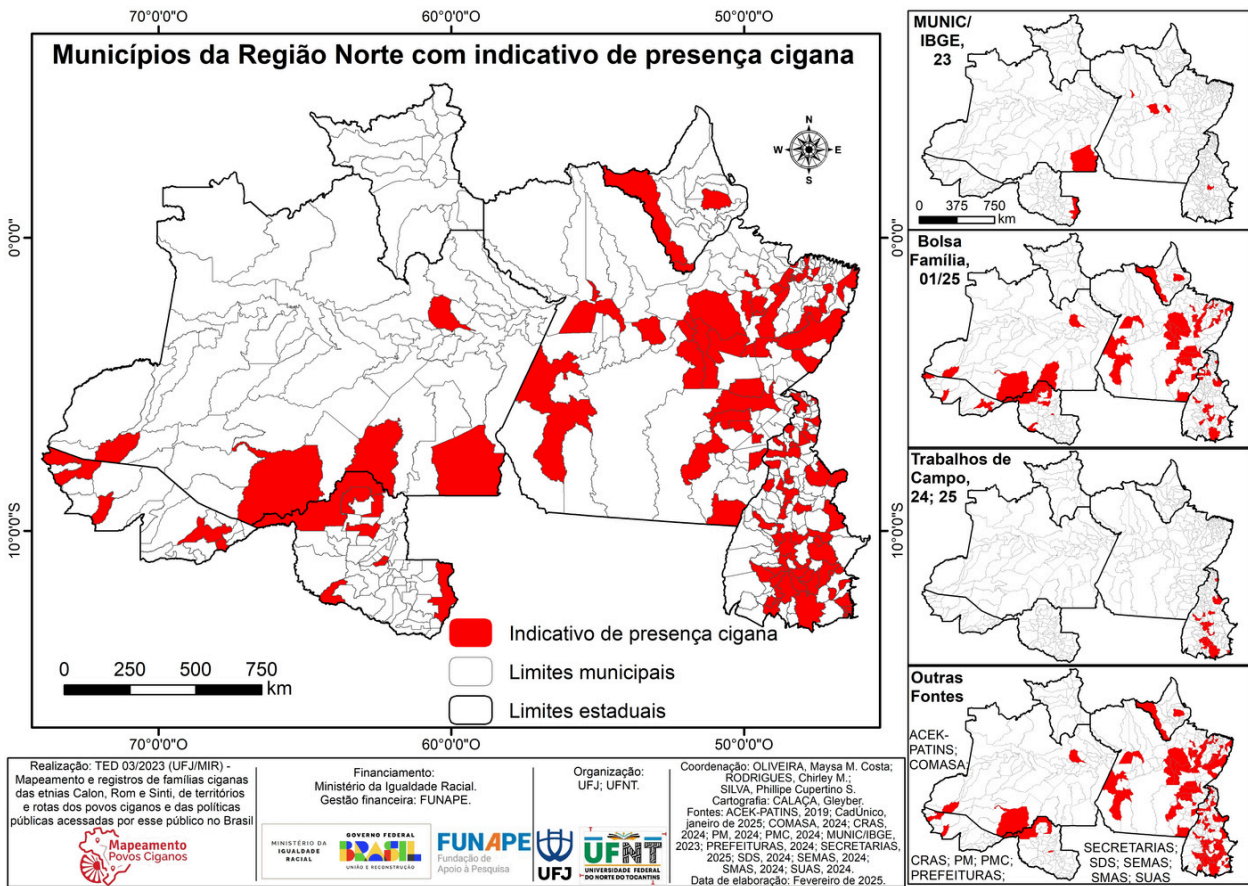


O mapa 3 consolida em uma única imagem os dados obtidos a partir de diversas fontes, resultando na visualização mais abrangente da distribuição espacial desse grupo populacional no país. O padrão dominante é a concentração de municípios com indicativo de presença cigana (em vermelho) nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, formando uma grande mancha contínua que se estende do Maranhão ao Rio Grande do Sul. Em contraste, a Região Norte exibem uma incidência consideravelmente menor, com os municípios marcados em vermelho sendo mais dispersos e menos numerosos, sugerindo uma menor ocorrência ou, possivelmente, uma subnotificação da presença cigana nessas áreas.

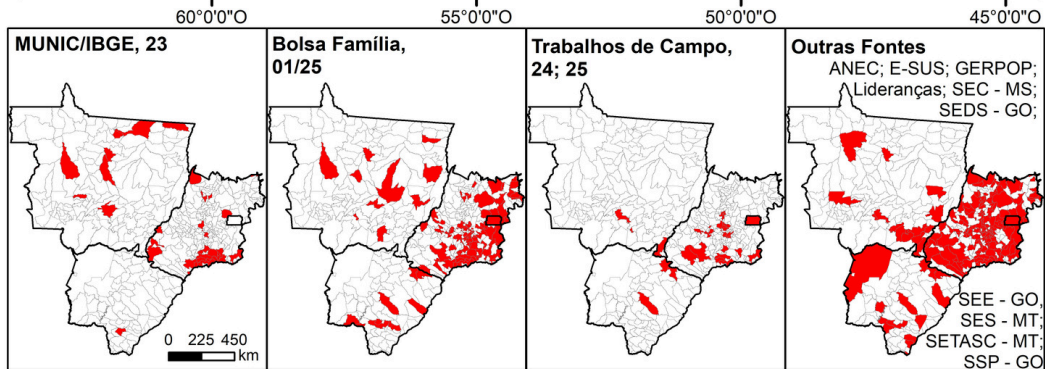
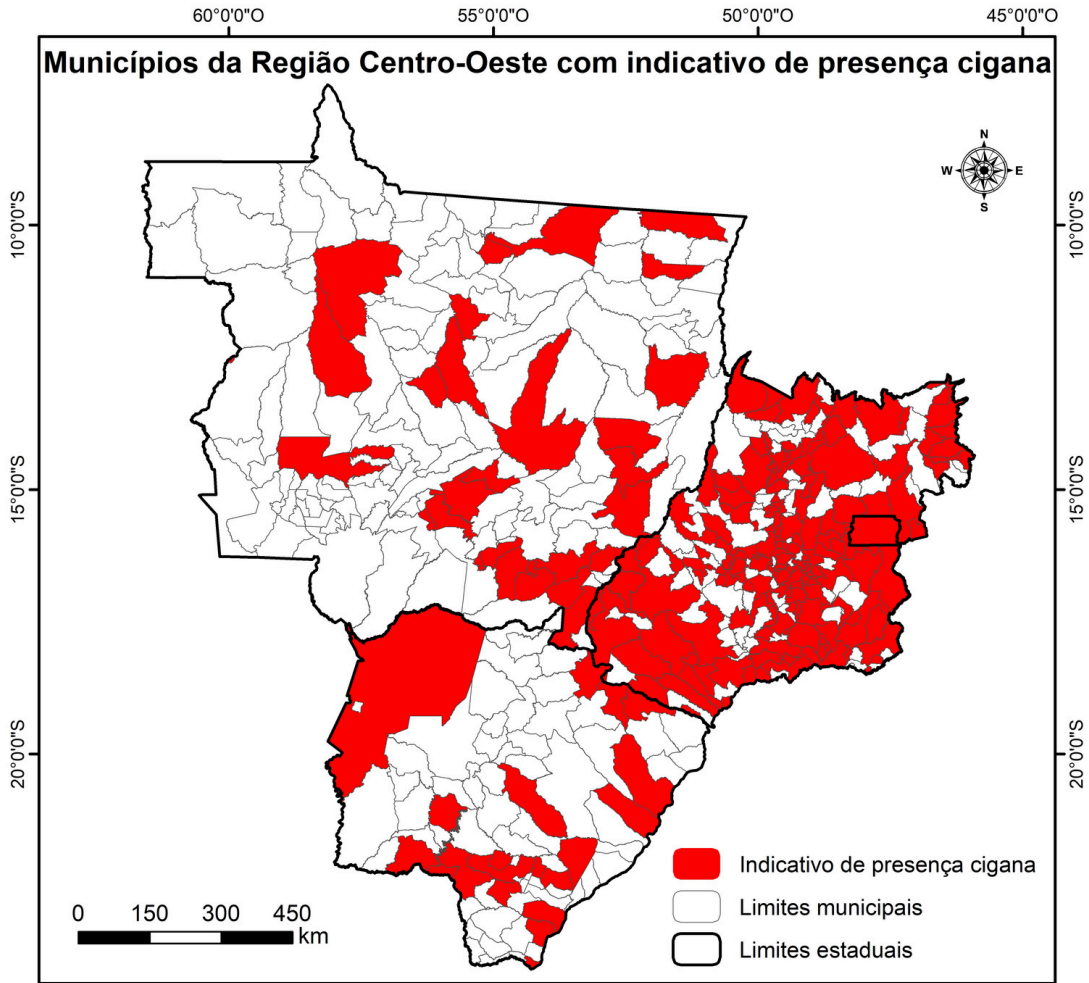
Mapa 4 – Municípios com presença cigana - por região (Sul e Nordeste)



Mapa 5 - Municípios com presença cigana - por região (Norte e Sudeste)



Mapa 6 – Municípios com presença cigana - por região (Centro-Oeste)



Realização: TED 03/2023 (UFJ/MIR) - Mapeamento e registros de famílias ciganas das etnias Calon, Rom e Sinti, de territórios e rotas dos povos ciganos e das políticas públicas acessadas por esse público no Brasil.



Financiamento:
Ministério da Igualdade Racial.
Gestão financeira: FUNAPE.



Fundação de Apoio à Pesquisa

Organização:
UFJ.



Coordenação: PEREIRA, Ana Cláudia S.; SILVA, Philippe Cupertino S.

Cartografia: CALAÇA, Gleyber.

Fontes: ANEC, 2024; CadÚnico, janeiro de 2025; E-SUS, 2024; GERPOP, 2023-24; LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, 2024-25; MUNIC/IBGE, 2023; SEC - MS, 2024; SEDS - GO, 2024; SEE - GO, 2024; SES - MT, 2024; SETASC - MT, 2024; SSP - GO, 2024.

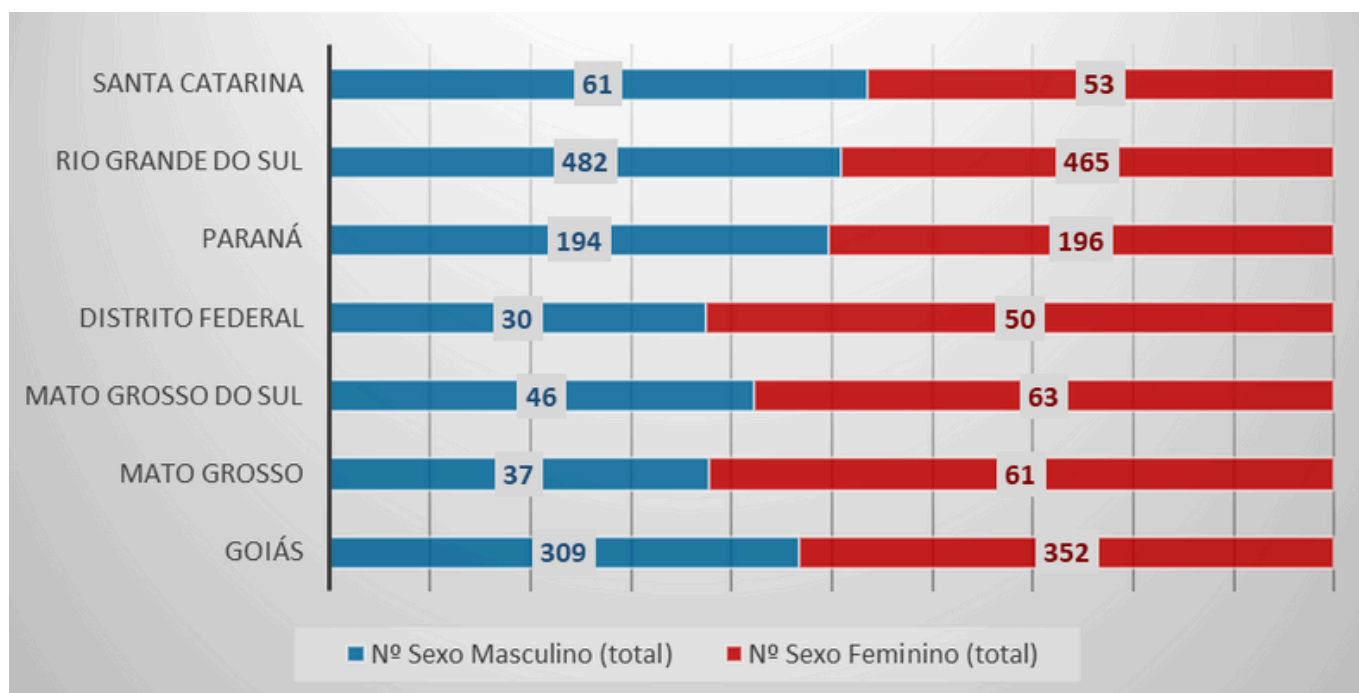
Data de elaboração: Fevereiro de 2025.

3.3 Perfil Etário, Gênero e Composição Familiar, Deficiências

Com base nos dados disponíveis sobre a distribuição de gênero nos estados que tiveram informações coletadas na pesquisa de mapeamento dos povos ciganos, observa-se que há variações significativas entre o número de homens e mulheres. Na coleta de dados realizada, obtivemos dados apenas da Região Centro-Oeste e da Região Sul. Em Goiás, por exemplo, a população feminina (352) supera a masculina (309), indicando uma leve predominância de mulheres. Situação semelhante ocorre em Mato Grosso (61 mulheres e 37 homens), Mato Grosso do Sul (63 mulheres e 46 homens) e Distrito Federal (50 mulheres e 30 homens), evidenciando uma tendência de maior presença feminina nesses estados.

Por outro lado, estados como Paraná apresentam um equilíbrio quase igual entre os gêneros, com 196 mulheres e 194 homens, enquanto no Rio Grande do Sul a população masculina (482) é ligeiramente maior que a feminina (465). Santa Catarina apresenta predominância masculina, com 61 homens e 53 mulheres. Esses dados indicam que, embora haja uma tendência de maior presença feminina em alguns estados, a distribuição de gênero entre os povos ciganos varia de acordo com a região, refletindo dinâmicas locais de migração, estrutura familiar e organização comunitária.

Gráfico 2 – Perfil – Gênero Regiões Centro-Oeste e Sul (em números)

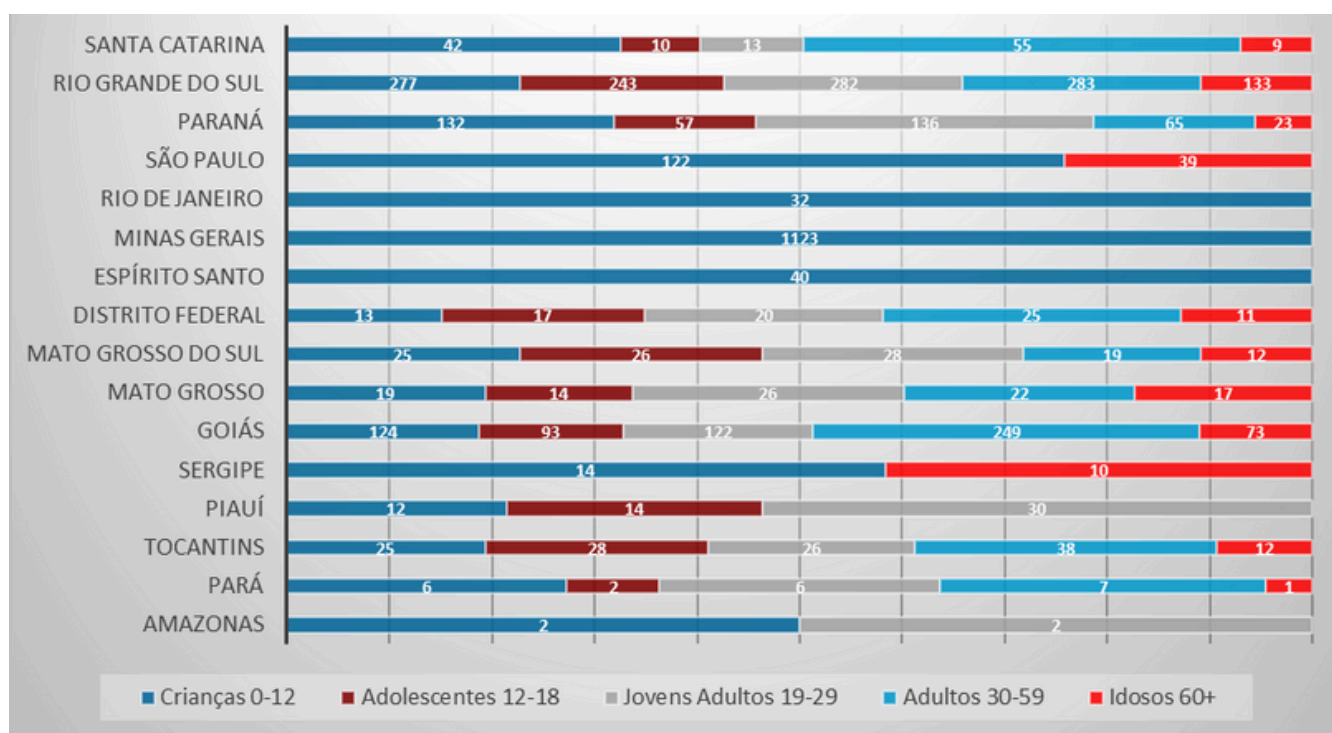


Fonte: Elaborado pelos autores.

A distribuição etária das comunidades ciganas mapeadas apresenta variações significativas entre as diferentes regiões, refletindo a complexidade e diversidade desses grupos no país. Em um panorama geral, os dados indicam uma população majoritariamente jovem, com uma concentração notável nas faixas de Jovens Adultos (19-29) e Adultos (30-59), especialmente nos estados do Sul e Sudeste.

O estado do Rio Grande do Sul se destaca por apresentar uma distribuição etária mais equilibrada, com um número expressivo de indivíduos em todas as faixas, desde crianças (0-12) e adolescentes (12-18) até idosos (60+). Essa distribuição sugere comunidades mais estruturadas e com maior representatividade em diferentes estágios de vida. Da mesma forma, Goiás e Paraná mostram um volume considerável de jovens e adultos, indicando populações ciganas robustas e estabelecidas nessas regiões.

Gráfico 3 – Perfil Etário por estado (em números)



Fonte: Elaborado pelos autores.

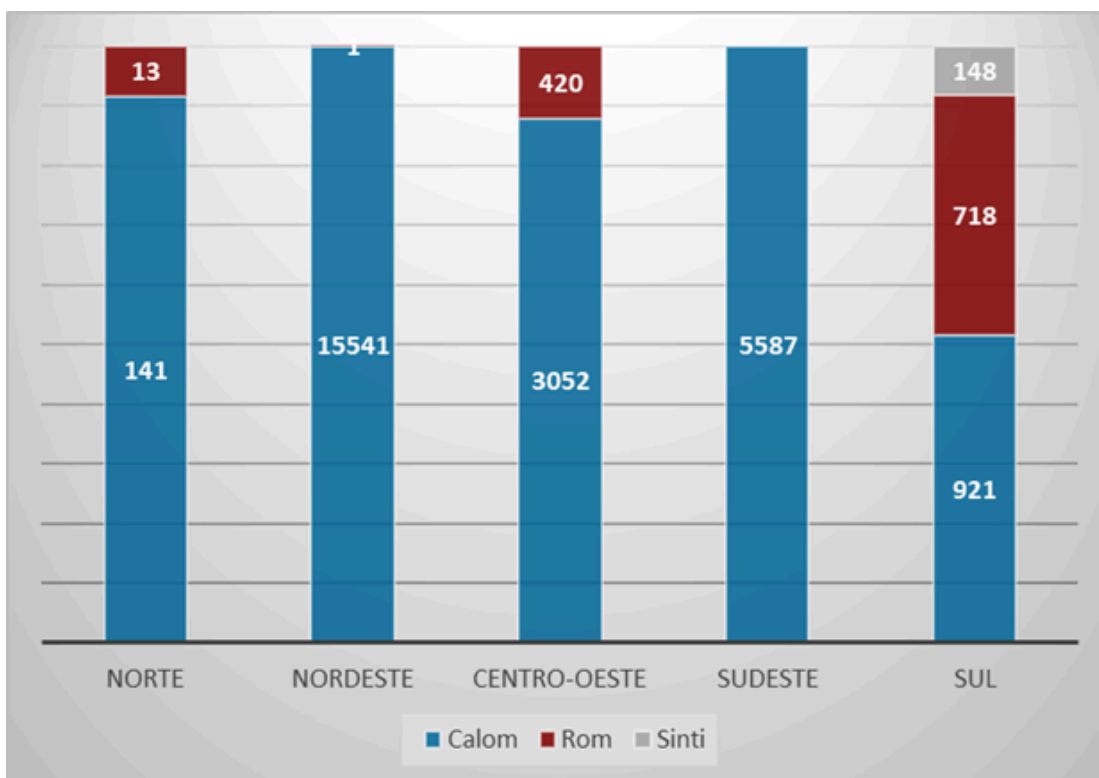
É fundamental ressaltar que a ausência de dados em certas faixas etárias e em alguns estados não deve ser interpretada como a inexistência desses grupos. A ausência de dados em estados como Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo para algumas categorias de idade reflete, na verdade, os desafios de mapeamento e a dificuldade de acesso a essas comunidades.

Essa lacuna pode ser atribuída a diversos fatores, como o nomadismo, a desconfiança e discriminação ou a invisibilidade de alguns assentamentos. Portanto, os dados aqui apresentados devem ser lidos como um recorte parcial e não como a totalidade da realidade populacional cigana no Brasil. A sub-representação de crianças e idosos em algumas localidades pode ser um indicativo da necessidade de estratégias de pesquisa mais inclusivas e adaptadas à dinâmica de vida desses grupos, garantindo que o relatório reflita de forma mais precisa a estrutura demográfica e as necessidades de todas as faixas etárias.

3.4 Grupos étnicos, subgrupos e idioma

A distribuição dos grupos étnicos ciganos no Brasil revela um panorama bastante desigual, com predominância de certos grupos em algumas regiões. Os dados do mapeamento mostram a forte presença do grupo Calon, que se destaca como a etnia com maior número de indivíduos identificados na maioria das regiões do país.

Gráfico 4 - Presença das etnias nas regiões brasileiras (em números)



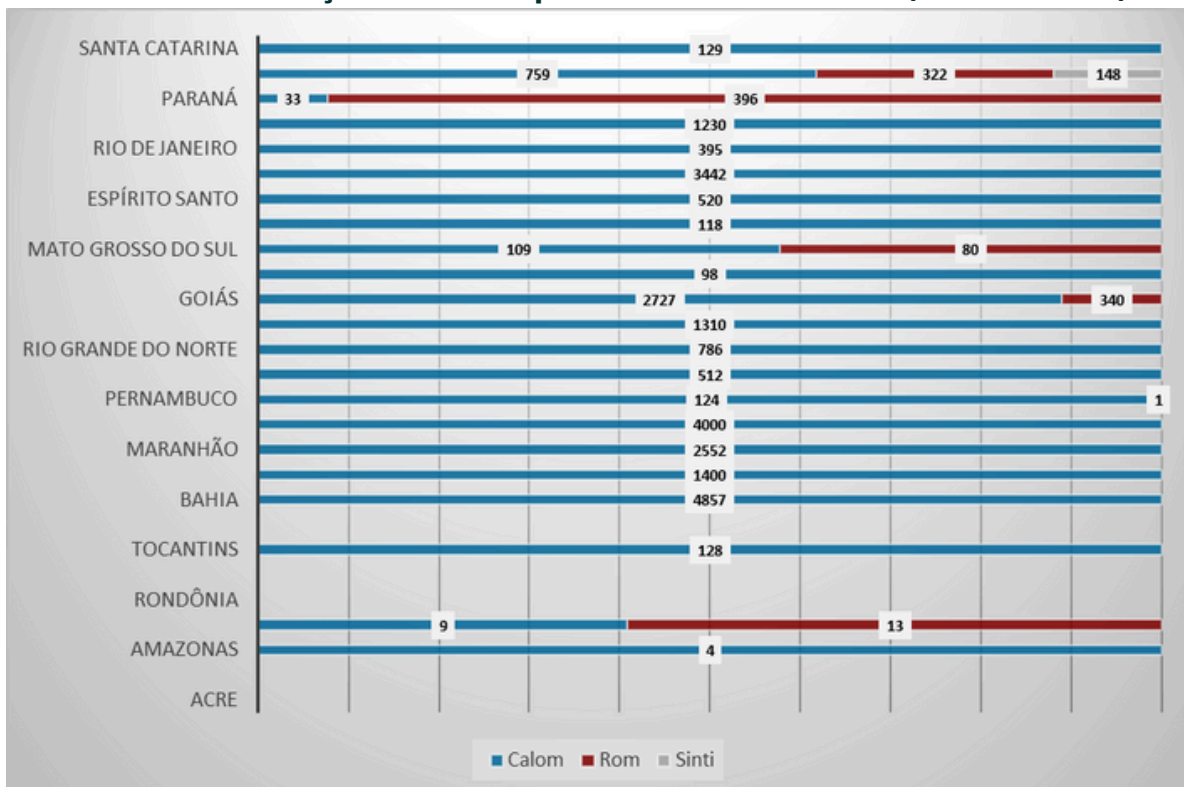
Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o Gráfico anterior, o Nordeste se sobressai com uma concentração expressiva de ciganos Calon, registrando o maior número de ciganos dessa etnia (15.541). Essa predominância também é observada nas regiões Centro-Oeste (3.052) e Sudeste (5.587), onde os Calon representam a grande maioria da população cigana mapeada.

Essa concentração sugere uma maior visibilidade e possível histórico de assentamentos mais antigos desses grupos nessas áreas. Embora o grupo Calon seja o mais numeroso nos dados, os grupos Rom e Sinti também estão presentes, embora em menor número. Os Rom se concentram principalmente nas regiões Sul (718), Centro-Oeste (420) e Norte (13), indicando uma distribuição mais focada e, possivelmente, um histórico de migração e estabelecimento diferenciado. A presença dos Rom no Sul do Brasil, em particular, é notável e se aproxima em número ao dos Calon na mesma região.

Já o grupo Sinti tem sua presença mais marcante e, segundo os dados, exclusiva na região Sul (148). A ausência de dados para este grupo nas outras regiões pode indicar a sua invisibilidade ou que as suas comunidades são de difícil acesso no mapeamento. Esses dados de distribuição reforçam a diversidade das comunidades ciganas no Brasil e destacam a necessidade de políticas públicas e ações específicas que considerem as particularidades culturais e sociais de cada um desses grupos. É importante ressaltar que a ausência de dados de uma etnia em uma região não significa sua total inexistência, mas sim uma limitação no processo de mapeamento. Para complementar a análise, vamos agora focar na distribuição por estado, detalhando a presença de cada grupo étnico cigano e destacando as concentrações mais significativas. A distribuição dos grupos étnicos Calon, Rom e Sinti varia consideravelmente entre os estados, refletindo padrões de migração e fixação de cada comunidade.

Gráfico 5 – Presença das etnias por estados brasileiros (em números)



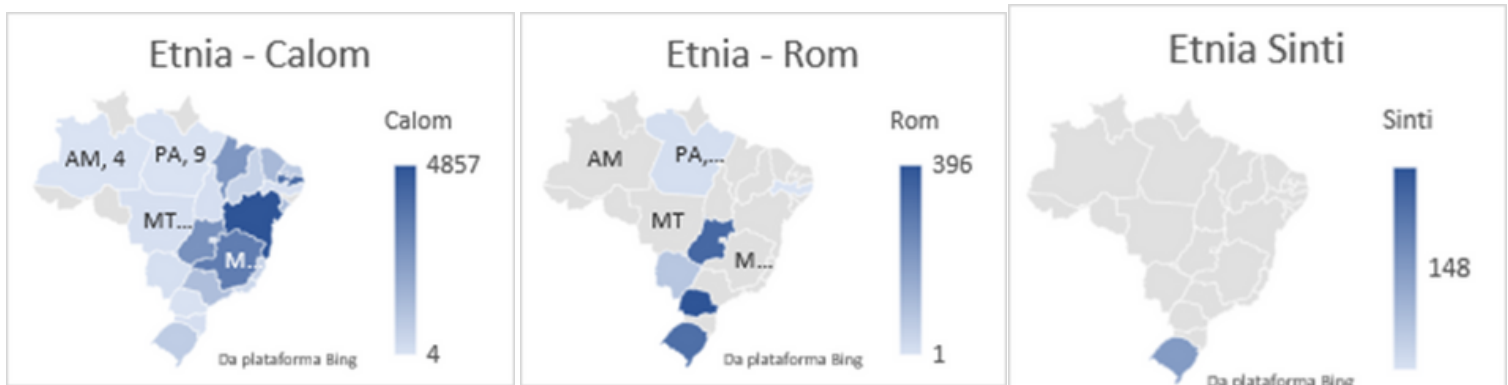
Fonte: Elaborado pelos autores.

A etnia Calom é a mais amplamente mapeada e se destaca por sua forte presença em diversos estados, especialmente no Nordeste. Bahia (4.857), Paraíba (4.000), Minas Gerais (3.442) e Ceará (1.400) apresentam as maiores populações Calom, o que confirma a predominância desse grupo na região e reforça o que foi observado na análise regional. No Centro-Oeste, Goiás (2.727) também se destaca como uma grande concentração de ciganos dessa etnia. Esses dados sugerem que os Calom formaram comunidades mais numerosas e visíveis nesses estados, sendo os principais representantes da população cigana em grande parte do país.

O grupo Rom mostra uma concentração maior no Sul e no Centro-Oeste. Paraná (396) e Rio Grande do Sul (322) lideram a presença Rom, indicando que a região Sul é um importante centro para essa etnia. No Centro-Oeste, Goiás (340) e Mato Grosso do Sul (80) também contam com populações Rom significativas. A presença desses grupos no Sudeste e Nordeste é muito menos expressiva, como se observa em Pernambuco (1) e Pará (13), sinalizando uma distribuição geográfica bastante específica e focada.

A etnia Sinti tem uma presença mapeada exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul (148). A ausência de dados para os Sinti em outros estados pode ser reflexo do seu menor número populacional ou de sua maior invisibilidade, limitando-se o registro a uma única comunidade mapeada no país.

Mapa 7 - Etnias por estado

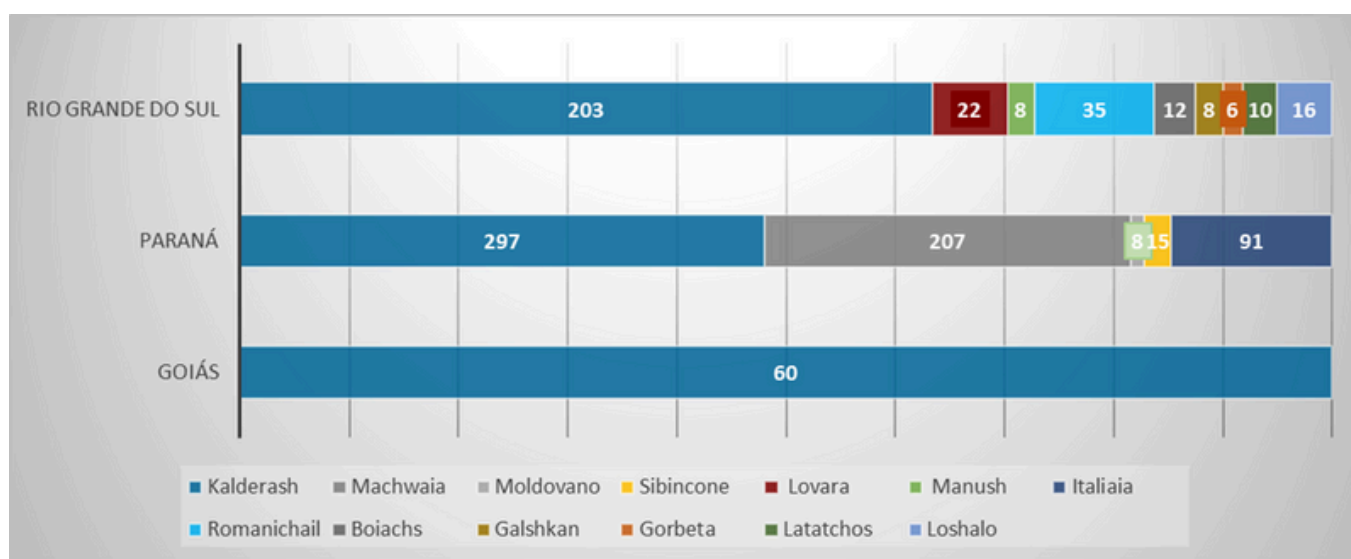


Fonte: Elaborado pelos autores.

Esses dados estaduais reforçam a importância de uma abordagem regionalizada para as políticas públicas, considerando as particularidades de cada grupo étnico e sua concentração geográfica. O mapeamento serve como um ponto de partida para entender a distribuição e as necessidades específicas das comunidades Calom, Rom e Sinti em cada localidade.

A diversidade das comunidades ciganas no Brasil vai além das três principais etnias (Rom, Calon e Sinti). Dentro de cada uma delas, existem subgrupos com identidades, dialetos e tradições culturais próprias, refletindo suas origens e rotas migratórias. A análise dos dados de Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, onde essa subdivisão foi mapeada, revela um panorama fascinante dessa riqueza cultural. Os dados demonstram que os subgrupos estão concentrados principalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste do país.

Gráfico 6 - Subgrupos identificados (em números)



Fonte: Elaborado pelos autores.

No Paraná, há uma notável presença dos Kalderash (297) e Machwaia (207). A presença de outros subgrupos, como Moldovano (8), Sibincone (15) e Italiaia (91), indica que o estado é um importante ponto de destino para diversas ondas migratórias de ciganos de diferentes origens.

O Rio Grande do Sul apresenta a maior diversidade de subgrupos mapeados. Além dos Kalderash (203), o estado conta com a presença de Lovara (22), Manush (8), Romanichail (35), Boiachs (12), Galshkan (8), Gorbeta (6), Latatchos (10) e Loshalo (16). Essa pluralidade reforça o papel do estado como um local de convergência para diferentes famílias e tradições ciganas.

Em Goiás, o subgrupo Kalderash (60) é o único listado nos dados, sugerindo que, na região, a presença de subgrupos mapeados é mais específica, concentrada em um único grupo. A identificação desses subgrupos é crucial para entender a profundidade e a complexidade das comunidades ciganas.

O mapeamento, mesmo que parcial, mostra que não se trata de um povo monolítico, mas sim de um mosaico de identidades, cada uma com suas especificidades. Essa informação é vital para a criação de políticas públicas que reconheçam e respeitem as particularidades de cada comunidade, promovendo a inclusão sem homogeneizar suas identidades.

O idioma é um dos pilares mais importantes da identidade cigana. O mapeamento revelou que a maioria das comunidades ciganas no Brasil mantém o uso de seus idiomas tradicionais, com a presença marcante de duas línguas principais: o Chibi (dialeto do Calon) e o Romani (idioma dos Rom e Sinti).

A análise dos dados estaduais mostra uma vasta predominância do idioma Chibi, falado pelo grupo Calon, o mais numeroso no mapeamento. Os estados do Nordeste se destacam, com Bahia (4.857), Paraíba (4.000) e Maranhão (2.552) liderando a contagem de falantes de Chibi. Essa concentração no Nordeste reforça o que já foi observado sobre a densidade populacional do grupo Calon nessa região. Outros estados com números significativos de falantes de Chibi incluem Minas Gerais (3.442), Goiás (661) e São Paulo (1.230), o que demonstra a forte presença do idioma entre as comunidades Calon do Sudeste e Centro-Oeste.

O idioma Romani, falado pelas etnias Rom e Sinti, tem sua maior concentração mapeada na região Sul. Paraná (409) e Rio Grande do Sul (375) apresentam o maior número de falantes, o que se alinha perfeitamente com a maior presença dos grupos Rom e Sinti nessas áreas, conforme discutido nas seções anteriores. A presença do Romani em outros estados é menos expressiva, como se observa no Pará (13), o que indica que as comunidades que falam essa língua são mais localizadas.

Esses dados confirmam que o idioma cigano não é monolítico no Brasil, mas sim um reflexo da diversidade étnica. A preservação do Chibi e do Romani é um sinal da resistência cultural das comunidades ciganas e da importância de se manterem vivas as tradições de seus povos.

3.5 Identificação com grupos religiosos

A religiosidade é um aspecto central na vida das comunidades ciganas, e os dados do mapeamento revelam um cenário de diversidade e, em alguns casos, sincretismo. A autodeclaração dos ciganos sobre sua afiliação religiosa demonstra que, embora muitas comunidades tenham adotado religiões majoritárias, elas mantêm elementos de sua própria espiritualidade.

O Catolicismo e o Protestantismo Evangélico são as religiões mais proeminentes entre os ciganos mapeados. Em quase todos os estados, como Bahia, Pernambuco, Piauí, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe, as comunidades se declaram majoritariamente católicas e evangélicas, por vezes de forma simultânea, o que é um reflexo da forte presença dessas religiões na sociedade brasileira. Em alguns estados, como Alagoas e Rio Grande do Sul, há uma notável presença evangélica, com 855 ciganos se declarando católicos e 135 evangélicos no Rio Grande do Sul.

Além do catolicismo e do protestantismo, outras religiões também são identificadas. O Espiritismo tem uma presença significativa em estados como Goiás e Minas Gerais, e a Umbanda também aparece em alguns locais, como no Tocantins, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A presença de outras religiões de matriz africana, como o Candomblé, também foi registrada no Rio de Janeiro, o que sugere a influência e a interação das comunidades ciganas com outras culturas e espiritualidades.

Tabela 2 - Religião por Estado

	Católico	Evangélico	Espírita	Umbanda	Candomblé	Agnóstico	Ateu
Tocantins				1			
Alagoas	Sim	Maioria					
Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim			
Ceará	Sim	Sim					
Maranhão	Sim	Sim					
Paraíba	Sim	Sim					
Pernambuco	Sim	Sim					
Piauí	Sim	Sim					
Rio Grande do Norte	Sim	Sim					
Sergipe		Sim					
Goiás	448	127	88				
Mato Grosso	48	26	16				
Mato Grosso do Sul	56	32	21				
Distrito Federal							
Espírito Santo	Maioria	Parte					
Minas Gerais	Maioria		Parte				
Rio de Janeiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
São Paulo	Maioria	Parte				Sim	Sim
Paraná	399	144	13				
Rio Grande do Sul	855	135	98	27			
Santa Catarina	73	116	0				

Fonte: Elaborado pelos autores.

O mapeamento também indica que alguns membros se identificam como Agnósticos ou Ateus, com presença em São Paulo e no Rio de Janeiro, embora esses números sejam menores. A diversidade religiosa dos ciganos reflete um processo de adaptação e coexistência, onde a identidade cultural cigana se entrelaça com diferentes crenças religiosas.

3.6 Situação Documental e Registro Civil

O acesso à documentação e ao registro civil é um grande desafio enfrentado pelas comunidades ciganas no Brasil, e os dados do mapeamento evidenciam essa realidade. A falta de documentos como certidão de nascimento, RG e CPF é uma barreira que impede o acesso a serviços básicos de saúde, educação e programas sociais.

A análise mostra uma grande variação na dificuldade de acesso à documentação entre os estados. Em alguns, a situação parece ser menos crítica, como em Alagoas, Bahia, Piauí e Sergipe, onde as comunidades afirmam não ter dificuldade em obter documentos. Essa realidade positiva pode ser resultado de políticas locais ou de maior proximidade com os serviços públicos.

No entanto, a situação é alarmante em outros estados, onde a maioria das comunidades declarou sim ter dificuldade em fazer os documentos. Em Ceará, Maranhão e Pernambuco, os dados indicam que a dificuldade é para ter acesso a "todos" os documentos. Essa informação é um sinal de alerta para a alta vulnerabilidade dessas comunidades e a necessidade urgente de ações de registro civil itinerantes e campanhas de regularização.

Estados como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também relatam dificuldades, embora os dados não especifiquem quais documentos são mais difíceis de obter.

A situação em Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul é mista, com comunidades relatando tanto facilidade quanto dificuldade, o que sugere que a situação varia dentro do próprio estado, dependendo da comunidade. No Paraná, por exemplo, a dificuldade é maior para a certidão de nascimento e RG, enquanto no Rio Grande do Sul a dificuldade se concentra na certidão de nascimento, RG e CPF.

Tabela 3 – Situação Documental e Registro Civil – por estado

Estado	Dificuldade em fazer os documentos?	Quais documentos teve dificuldade de acesso?
Alagoas	Não	
Bahia	Não	
Ceará	Sim	Todos
Maranhão	Sim	Todos
Paraíba	Sim	Todos
Pernambuco	Sim	Todos
Piauí	Não	
Rio Grande do Norte	Não	
Sergipe	Não	
Goiás	Sim	
Mato Grosso	Sim	
Mato Grosso do Sul	Sim	
Espírito Santo	Não	
Minas Gerais	Sim	
Rio de Janeiro	Não	
São Paulo	Não	
Paraná	Sim (148); Não (197)	Certidão de nascimento e CNH
Rio Grande do Sul	Sim (277); Não (810)	Certidão de nascimento, CNH, CPF, identidade
Santa Catarina	Sim (22); Não (107)	Certidão de nascimento

Fonte: Elaborado pelos autores.

A ausência de dados para alguns estados não significa a inexistência de problemas, mas sim a dificuldade de mapear e coletar essas informações. A situação documental dos povos ciganos é um reflexo direto de sua invisibilidade social e da necessidade urgente de políticas públicas específicas que garantam seu direito fundamental à identidade e à cidadania.

4 Indicadores Sociais e Econômicos

4.1 Localização e mobilidade

4.1.1 Itinerâncias

A itinerância e a sedentarização das famílias ciganas são fenômenos complexos e interligados, moldados por fatores históricos, econômicos e, notavelmente, pelo acesso a políticas públicas. A mobilidade, ou itinerância, é uma característica histórica dos povos ciganos, mas os dados do mapeamento revelam que a realidade atual é complexa e diversa, com um número significativo de comunidades já estabelecidas em um mesmo local fixo por longos períodos.

Tabela 4 - Itinerâncias e tempo de permanência - por estado

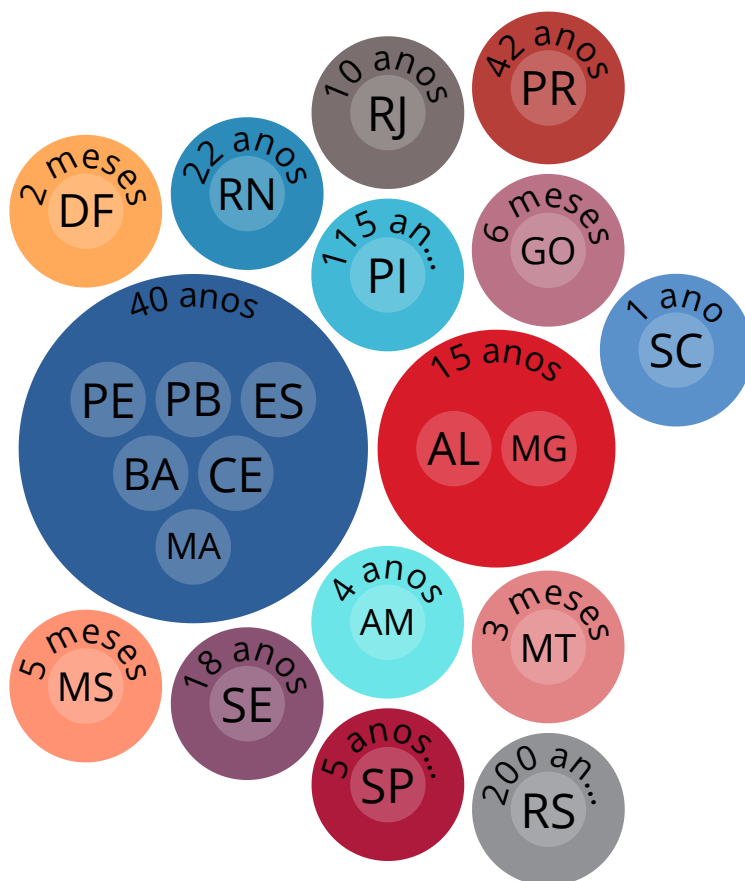
	Nº Ciganos Fazem Itinerância	Tempo de Permanência no Local
Amazonas		4
Alagoas		15
Bahia		40 anos, 24 anos
Ceará	20	40 anos
Maranhão	20	40 anos
Paraíba	20	40 anos
Pernambuco	20	40 anos
Piauí		115 anos, 70 anos
Rio Grande do Norte	10	15 anos, 22 anos
Sergipe	1	18 anos
Goiás	253	6 meses
Mato Grosso	43	3 meses
Mato Grosso do Sul	35	5 meses
Distrito Federal	90	2 meses
Espírito Santo	55	40 anos em Cariacica, 2 anos em Linhares, 30 anos em São Mateus
Minas Gerais	23	15 anos em Colatina, 20 anos em Embu das Artes, 25 anos em Esmeraldas, 2 anos em Ibirité, 30 anos em Lagoa Santa e em Matozinhos, 4 anos em Pedro Leopoldo
Rio de Janeiro		10 anos em Campos dos Goytacazes e 100 anos no Rio de Janeiro
São Paulo		5 anos em Caçapava, 7 anos em Francisco Morato, 55 anos em Itaim Paulista, 10 anos em Itapeverica da Serra, 70 anos em Itaquaquecetuba, 5 anos em Mogi das Cruzes e em Pindamonhagaba, 2 anos em Roseira
Paraná	120	42 anos, 8 anos, 1 mês, 5 anos, 25 anos, 12 anos, 66 anos, 3 anos
Rio Grande do Sul	708	2 meses, 2 dias, 60 anos em Tenente Portela, 5 meses, 70 anos, 9 meses, 2 semanas em Parobé, 30 dias, 40 dias, 40 anos, 13 anos, recém chegados, 1 semana, 10 dias, 20 dias, 35 anos, 200 anos São Leopoldo, 15 anos
Santa Catarina	0	6 em 6 meses, 1 ano, 20 dias

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados fornecidos destacam o nomadismo se constituindo por deslocamentos comerciais específicos e sazonais. Estados como Alagoas, Bahia e Piauí registram ausência de ciganos em situação de itinerância. Além disso, na Bahia, o tempo de permanência em um local chega a 40 anos, demonstrando uma forte fixação territorial. No Piauí, esse período pode chegar a 115 anos em algumas localidades, e no Rio Grande do Sul a 200 anos em São Leopoldo, o que sublinha a presença histórica e o enraizamento de certas comunidades nos estados.

Esse padrão também é observado em outras regiões, como em Minas Gerais, onde há famílias fixas há mais de 20 anos no mesmo local, e no Espírito Santo, onde a permanência de famílias há mais de 40 anos, sugerindo uma tradição de se estabelecerem em locais específicos. O alto registro de famílias ciganas fixas nas bases de dados sociais e na pesquisa de campo indica que a sedentarização é, muitas vezes, uma estratégia de sobrevivência e um requisito para o acesso a programas de transferência de renda, moradia e educação. Embora a itinerância faça parte da identidade cultural e histórica de muitos grupos ciganos (especialmente os calons), a necessidade de fixar residência, mesmo que temporariamente, para garantir o amparo social e legal impõe uma limitação à mobilidade.

Gráfico 7 – Maior tempo de permanência - por estado



Fonte: Elaborado pelos autores.

A permanência em territórios das comunidades, em muitos casos, não significa a perda de sua identidade cultural, mas sim uma adaptação às condições socioeconômicas e à busca por melhores oportunidades de acesso a serviços e direitos, como educação e saúde.

A análise desses dados revela que a sedentarização não significa, necessariamente, o abandono completo da cultura itinerante, mas sim uma adaptação às condições socioeconômicas e à estrutura estatal brasileira. A alta concentração de registros de famílias ciganas em residência fixa pode refletir tanto um processo de sedentarização espontâneo quanto um esforço proativo de inclusão por parte das lideranças ciganas, que reconhecem a importância desses cadastros para a visibilidade e garantia de direitos. A permanência da itinerância (ou de uma mobilidade sazonal) tende a ser mantida por aqueles grupos com maior autonomia econômica ou por aqueles que conseguem conciliar a circulação com a manutenção dos cadastros e vínculos territoriais mínimos.

Apesar disso a itinerância ainda é uma realidade para muitas famílias, especialmente nas regiões Sul e Centro-Oeste. Na Região Sul, há registros de comunidades recém-chegadas às cidades onde foram realizadas as pesquisas, e registros de moradia há poucos dias e poucos meses. Nos formulários de pesquisa, a justificativa de mudança se refere, na maioria das vezes, às expulsões dos territórios anteriores, ou ao período propício para vendas de produtos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o maior número de ciganos em itinerância (708) foi mapeado. Em Goiás (253), Paraná (120) e Distrito Federal (90), a mobilidade é uma característica ainda marcante. O tempo de permanência desses grupos em um único local, que pode variar de meses a anos, reflete a natureza nômade e a busca por oportunidades de trabalho em diferentes cidades e estados.

No Nordeste, em estados como Ceará, Maranhão e Pernambuco, os dados mostram um número menor de ciganos itinerantes (20), com um tempo de permanência de outras comunidades de até 40 anos, o que indica que, embora haja mobilidade, ela pode ser mais controlada e cíclica.

A coexistência de comunidades mais permanentes e itinerantes evidencia a complexidade do modo de vida cigano no Brasil. É importante que as políticas públicas reconheçam ambas as realidades, oferecendo suporte para o acesso a direitos básicos tanto para aqueles que optam por se fixar quanto para os que mantêm a mobilidade, garantindo que o direito de ir e vir não seja uma barreira para o exercício pleno da cidadania.

4.1.2 Rotas de deslocamento

Desde o período colonial, a mobilidade tem sido uma característica central da vida cigana no Brasil. Os registros históricos já mostravam as famílias em movimento pelo Nordeste, seguindo rotas comerciais e religiosas. Essa prática, que unia a busca por sustento, por meio do comércio e artesanato, e estratégias de proteção contra a perseguição, estruturou verdadeiros circuitos regionais que atravessavam estados e conectavam cidades-chave. O mapeamento atual confirma que essas trajetórias continuam vivas e bem definidas, embora adaptadas à realidade das estradas e cidades de hoje. A mobilidade não é aleatória; ela obedece a uma lógica social, econômica e cultural que pode ser observada nos dados da pesquisa de campo.

Tabela 5 – Rotas de deslocamento, motivos e períodos – por estado

	Locais de Residência Últimos 5 anos	Motivos das mudanças	Rotas Deslocamento	Período de Deslocamento
AM	Formosa (GO); Teresina (PI)			
AL	Local	Itinerância	São Paulo e Curitiba / Bahia, João Pessoa-PB, Natal-RN, Fortaleza - CE, Aracaju - SE e Santo Amaro das Brotas – SE	2 meses
BA	Local	Itinerância	Ituaçu (Coração de Jesus) e Lapa	Meses
CE			Piauí e cidades do Ceará	Sem período definido
MS			Piauí e cidades do Ceará	Sem período definido
PB			Piauí e cidades do Ceará	Sem período definido
PE			Piauí e cidades do Ceará	Sem período definido
PI	Local	Itinerância		
RN	Local		Maranhão, Piauí, Pará e Paraíba	4 meses
SE	Nossa Senhora do Socorro	Itinerância	Camaçari, Esplanada, Entre Rios na Bahia e Maceió	Meses
GO		Trabalho de vendas	Litoral e Grandes cidades	O ano inteiro
MT		Trabalho de vendas	Litoral e Grandes cidades	O ano inteiro
MS		Trabalho de vendas	Litoral e Grandes cidades	O ano inteiro
DF	Brasília/entorno	Trabalho de vendas	Brasília/entorno	Novembro/ dezembro
ES		Perseguições		
MG	Itinerância em diferentes bairros e Zona da barragem de Mariana	Ocupação permanente e acordo com a prefeitura da cidade, processos de expulsão, trabalho, rompimento da barragem de Mariana		
SP	Guarulhos, interior do RJ, Guarulhos, Itaim paulista, Itapevi, Resende, Pindamonhangaba, Roseira	Renda e Moradia, Luto, trabalho/dinheiro; segurança/discriminação; acesso a políticas públicas, conflitos sociais e urbanos, expulsão territorial, consequência de conflitos com o poder paralelo, expulsão territorial em Roseira		
PR	MG; RJ; RS; SC; SP	Econômico 196; família 97; saúde 30	Fixos 292; MG 20; PR 7; RJ; RS 7; SC 40; SP 20	1 a 2 anos - 7; 3 em 3 meses - 20; 30 em 30 dias - 57; 8 em 8 meses - 13; fixos - 292
RS	PA, GO, PR, SC	Preconceito 13; econômico 10; família 4	Fixos 34; RS 19; Regiões metropolitanas 8; litoral 3; SC 5; PR 4	Fixos 34; 3 em 3 meses 7; 45 em 45 dias 3; 2 em 2 meses, 30 em 30 dias 2; 35 em 35 dias, 2 em 2 semanas, 5 a 6 meses 1
SC	SC; RS	Preconceito (104), econômico		60 dias, 6 em 6 meses, 3 em 3 meses

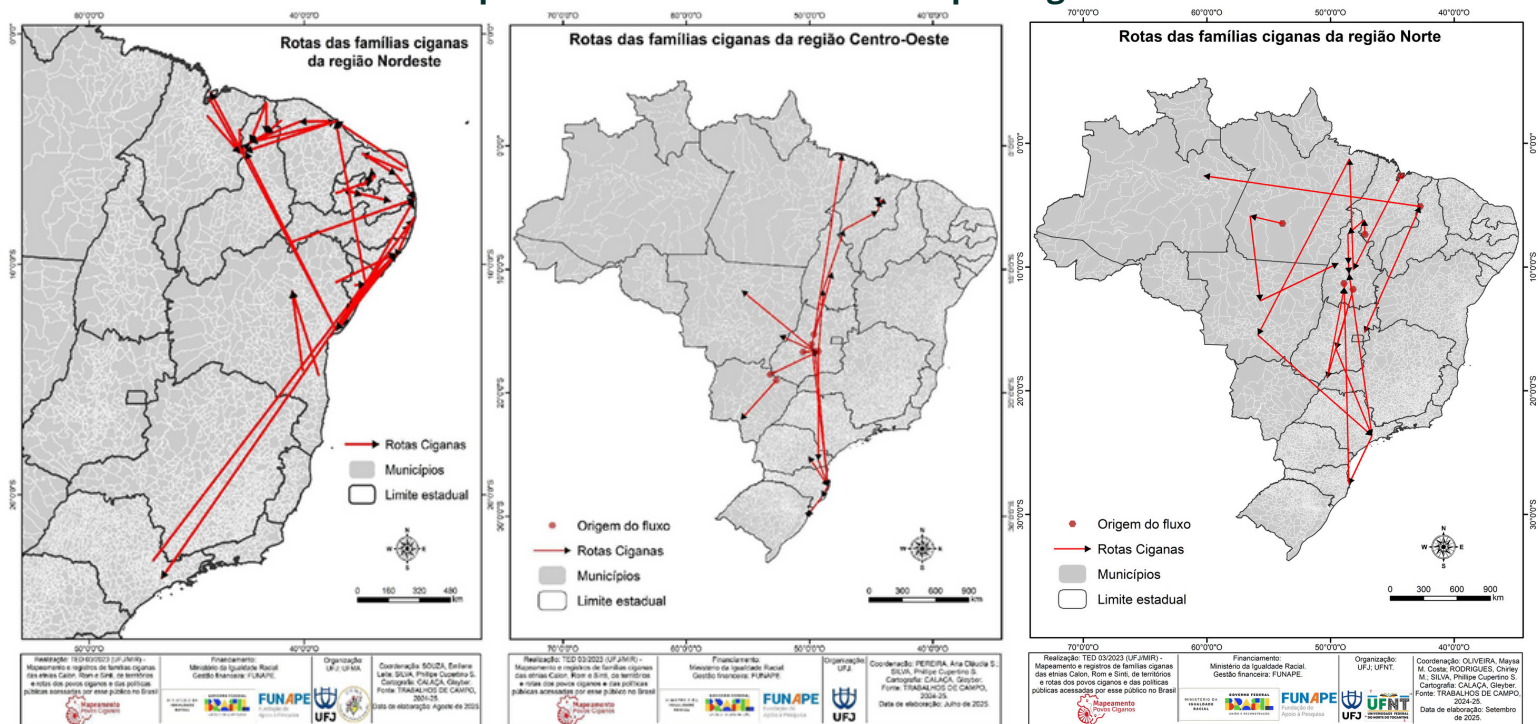
Fonte: Elaborado pelos autores.

Os motivos para as mudanças de local são variados. Em estados como Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco, a principal razão para o deslocamento é a itinerância em si, vista como parte do modo de vida. Em outras regiões, como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o motivo é estritamente econômico, ligado ao trabalho de vendas, com famílias se mudando em qualquer período do ano. No Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, a busca por segurança é a razão, com as comunidades se deslocando devido a perseguições e expulsões de seus territórios.

A partir desses motivos, as rotas de deslocamento formam redes claras, como as que conectam:

- Nordeste: As rotas históricas entre Ceará, Piauí e Maranhão permanecem ativas, ligando cidades como Sobral (CE), José de Freitas (PI) e Timon (MA). A pesquisa também mostra que há uma intensa circulação interna na Paraíba, entre cidades como Sousa e Campina Grande, e conexões com o Rio Grande do Norte. A rota Sergipe-Bahia-Alagoas é outro circuito importante. Bem como rotas para outras regiões do Brasil, como Sudeste.
- Centro-Oeste e Sudeste: No Centro-Oeste, o deslocamento é mais voltado para o comércio sazonal. Em Goiás e Mato Grosso, as famílias se movem o ano inteiro para as grandes cidades. Já em São Paulo, as rotas de deslocamento podem ser mais amplas, como a que leva do interior do estado para o litoral de Pernambuco.
- Sul: Os dados do Paraná e Rio Grande do Sul revelam uma dinâmica de mobilidade que envolve longas distâncias, com famílias transitando entre os estados da região Sul e até mesmo para o Rio de Janeiro.

Mapa 8 - Rotas de deslocamento por região



A mobilidade não se limita a viagens de longa distância. A pesquisa ressalta que muitos ciganos mantêm a tradição de se mover mudando de bairros dentro do mesmo município. A análise dessas rotas mostra que a mobilidade cigana é uma estratégia multifuncional. Ela serve para fortalecer laços de parentesco e solidariedade, garantir o sustento e, acima de tudo, preservar a identidade cultural diante de pressões de exclusão. A forma como os ciganos se deslocam, construindo sua territorialidade móvel nas conexões entre cidades e estados, é uma prova da resiliência e da riqueza de sua cultura.

4.1.3 Meios de transporte

O modo de transporte utilizado pelas comunidades ciganas é um reflexo direto de sua adaptação às dinâmicas da vida moderna. Os dados do mapeamento mostram que o deslocamento é, majoritariamente, feito por veículos motorizados, o que permite uma maior agilidade e alcance nas rotas de deslocamento. O carro é o veículo mais amplamente utilizado, sendo o meio de transporte exclusivo ou predominante na maioria dos estados mapeados. Em Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, as comunidades utilizam o carro para suas viagens. A preferência por esse tipo de veículo sugere uma maior autonomia e flexibilidade, permitindo que as famílias se desloquem em grupos menores e de forma mais rápida.

Em alguns estados, a diversidade de veículos é maior. Na Bahia e em São Paulo, as comunidades também utilizam ônibus, o que pode indicar que algumas famílias dependem de transporte público ou que as rotas de deslocamento são longas e se dão por meio de redes de transporte rodoviário.

O Rio Grande do Sul se destaca por utilizar veículos maiores, como caminhão e micro-ônibus, o que pode ser um indício de que as comunidades que se deslocam na região são mais numerosas, transportando mais membros da família e maior quantidade de bens. No Espírito Santo, a menção a veículo próprio reforça a autonomia das famílias em sua mobilidade. A substituição de veículos tradicionais por veículos motorizados é uma mudança significativa no modo de vida cigano. Ao mesmo tempo que essa adaptação garante a continuidade da tradição da mobilidade, ela também reflete a modernização e a necessidade de se integrar aos fluxos de circulação da sociedade não cigana para garantir o sustento e a sobrevivência.

4.2 Moradia e Território

4.2.1 Condições de habitação e assentamentos

A forma como as comunidades ciganas vivem e se estabelecem no território brasileiro é um reflexo de sua mobilidade, adaptação e das condições socioeconômicas a que estão submetidas. Os dados do mapeamento revelam uma diversidade de moradias, que vai desde as tradicionais barracas de lona até estruturas de alvenaria.

A maioria dos ciganos mapeados reside em moradias fixas. A categoria "Estrutura de alvenaria" é a mais comum em praticamente todos os estados. Isso indica que um grande número de famílias buscam moradias permanentes. Em Minas Gerais, por exemplo, 3.191 ciganos vivem em casas de alvenaria, e em São Paulo, esse número é de 751. A predominância desse tipo de habitação mostra a transição de um estilo de vida itinerante para um mais fixo, com a construção de casas que oferecem mais segurança e estabilidade.

Tabela 6 – Estrutura de moradia – por estado

	Barraca lona	Barraca tenda	Estrutura alvenaria	Estrutura madeira	Estrutura pau a pique	Estrutura mista	Outro material	Situação de rua
Amazonas			1					
Pará			6					
Tocantins			31					
Alagoas	Sim		Sim		Sim			
Bahia			Sim					
Ceará			Sim					
Maranhão			Sim		Sim			
Paraíba			Sim					
Pernambuco			Sim		Sim			
Piauí			Sim					
Rio Grande do Norte	Sim							
Sergipe			Sim					
Goiás	150		448					
Mato Grosso			25					
Mato Grosso do Sul			31					
Distrito Federal			Sim					
Espírito Santo	250		300					
Minas Gerais	443		3191					
Rio de Janeiro	129		36					
São Paulo	805	751	670	615		Sim	Sim	
Paraná	20	33	376					
Rio Grande do Sul	408		665	192	14		22	
Santa Catarina	117		12					

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar disso, a tradição da itinerância ainda é visível nos tipos de moradia. As "barracas de lona" ainda são utilizadas por muitas comunidades, especialmente no Rio Grande do Sul (408), Minas Gerais (443) e Espírito Santo (250). Esse dado sugere que, embora muitas famílias se fixem, o uso da barraca de lona persiste, seja por escolha cultural, por ser uma habitação de baixo custo ou devido à natureza nômade de alguns grupos.

Outros tipos de moradia menos comuns também foram identificados, como "Estrutura madeira" em São Paulo (615) e Rio Grande do Sul (192), e "Barraca tenda" em Paraná (33) e São Paulo (805). O uso de trailers (22), no Rio Grande do Sul, também aponta para uma forma de habitação que une a necessidade com a mobilidade, permitindo que as famílias se desloquem com sua própria casa.

Foram identificadas ainda situações de vulnerabilidade com famílias vivendo em casas de pau-a-pique nas cidades de Carneiros (Alagoas), Arcoverde (Pernambuco), Vargem Grande (Maranhão) e no Rio Grande do Sul.

É importante notar que, na pesquisa, não identificamos registro de pessoas em situação de rua, o que indica que a grande maioria das comunidades mapeadas tem alguma forma de moradia estruturada, ainda que de forma incipiente (nos casos de barracas e estruturas de madeira). Contudo, nos registros de pesquisa de campo, foram registradas situações de extrema precariedade e de famílias vivendo de forma isolada, por dívidas com parentes ou por situação de violência doméstica. Nesses casos, os sujeitos entrevistados pediram para não registrar o atual local de moradia, para não serem identificados.

A diversidade nas condições de habitação reflete a complexidade e as diferentes realidades das comunidades ciganas. O mapeamento é um passo importante para que as políticas públicas compreendam essas nuances e possam oferecer um suporte mais adequado a cada tipo de assentamento, seja ele fixo ou itinerante.

4.2.2 Conflitos fundiários e vulnerabilidade territorial

A situação jurídica da moradia é um dos aspectos mais críticos e complexos para as comunidades ciganas no Brasil. O mapeamento revela um cenário de insegurança da posse e vulnerabilidade territorial, que impacta diretamente a estabilidade e a qualidade de vida desses grupos.

A maioria dos dados mostra que a posse da terra é um problema real. Em estados como Alagoas, Rio Grande do Norte, Goiás, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, as comunidades reportam "sim" para a "Insegurança da posse" e para a "Vulnerabilidade territorial", indicando que, mesmo com a fixação, a moradia não é garantida.

O estado de Goiás se destaca por ter um número significativo de casos (5) de insegurança da posse e vulnerabilidade, o que aponta para conflitos territoriais que necessitam de atenção. No Rio Grande do Sul, a disputa judicial é uma realidade, com comunidades envolvidas em processos de reintegração de posse.

Embora a maioria das comunidades enfrente desafios, há alguns casos de reconhecimento. No Distrito Federal, a modalidade de moradia é de "Concessão", o que indica que as famílias têm um tipo de garantia jurídica sobre o terreno. No Espírito Santo (Fundão), no Paraná e em Minas Gerais (Ibirité), alguns territórios já são reconhecidos pelo Estado. No entanto, mesmo com a concessão e o reconhecimento, a insegurança da posse e a vulnerabilidade territorial ainda são relatadas.

Em São Paulo, foi identificada uma área que está em conflito por se tratar de área de "proteção ambiental. E foi identificada também uma área em São Paulo de ocupação. Há alguns registros de terrenos cedidos pelo poder municipal (Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo). O mapeamento reforça que a questão fundiária é um gargalo para a cidadania plena dos ciganos. A falta de regularização fundiária e o risco constante de despejo afetam a saúde, a educação e a segurança alimentar das famílias, perpetuando um ciclo de instabilidade.

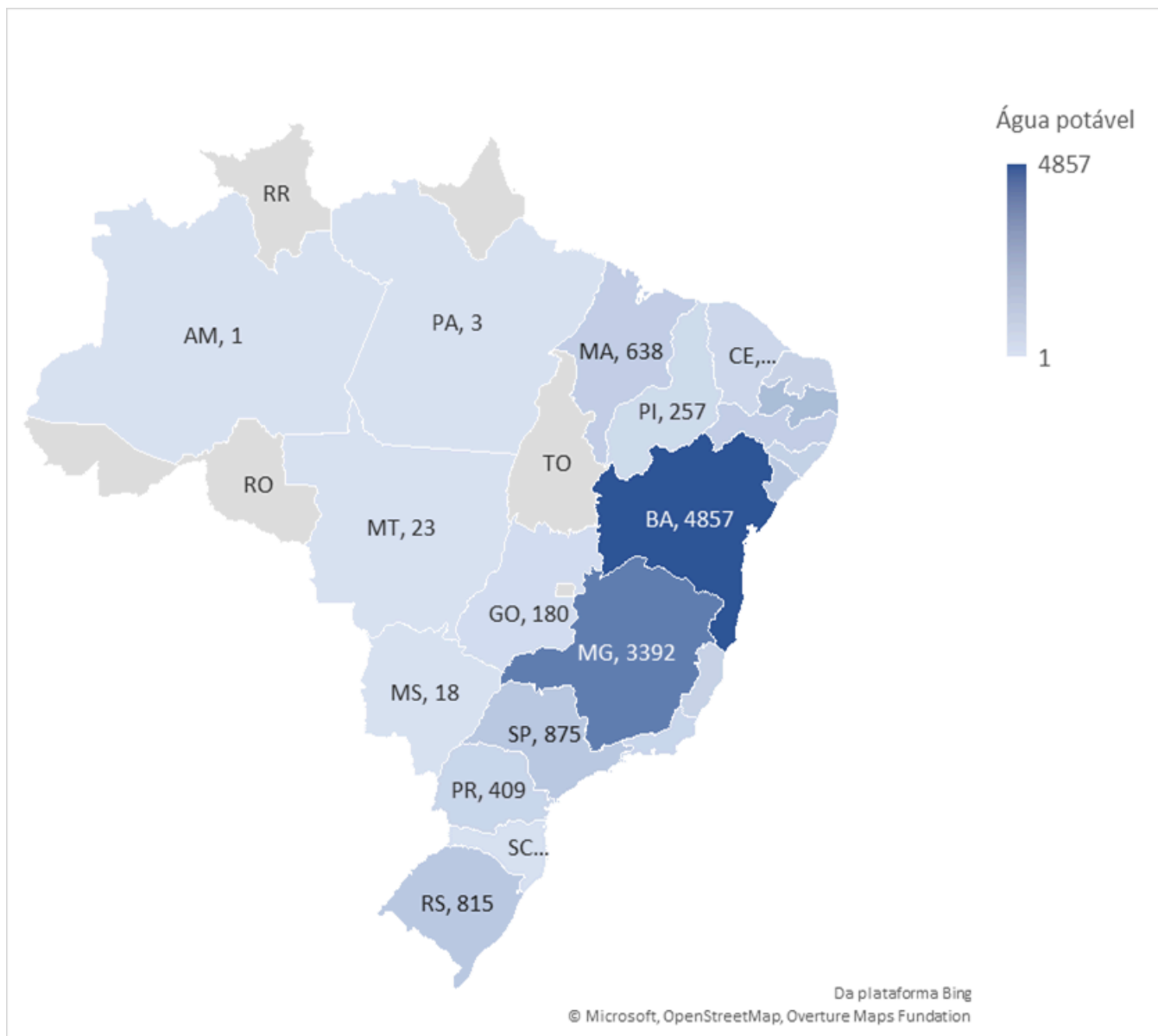
A ausência de dados para alguns estados pode indicar que a situação não foi mapeada, mas não que não haja vulnerabilidade. É fundamental que as políticas de habitação considerem as particularidades das comunidades ciganas, buscando soluções que garantam o direito à moradia digna e o respeito à sua cultura.

4.2.3 Direito à cidade e acesso à infraestrutura

Acesso à água potável

O mapeamento revelou que a maioria dos ciganos entrevistados tem acesso a água potável. Estados como Bahia, Minas Gerais e Paraíba apresentam um grande número de pessoas com acesso à água potável, o que é um ponto positivo e indica que, mesmo em comunidades fixas, o acesso a este recurso é uma realidade para a maioria.

Mapa 9 - Acesso à água (por estados)



Fonte: Elaborado pelos autores.

No entanto, o tipo de fornecimento de água varia, o que pode indicar diferentes níveis de segurança e regularidade. A água encanada é o método mais comum e regular em quase todos os estados, especialmente no Nordeste, onde a maioria das comunidades mapeadas tem esse tipo de acesso. Nas Regiões Sudeste e Sul, o acesso à água encanada também é predominante.

Tabela 7 – Acesso à água – por estado

	Água - encanada	Água - poço	Água - cisterna	Água - carro pipa	Água - outro
Amazonas	1				
Pará	6				
Tocantins	29	6			
Alagoas	Sim			Sim	
Bahia	Sim				
Ceará	Sim				
Maranhão	Sim				
Paraíba	Sim				
Pernambuco	Sim				
Piauí	Sim				
Rio Grande do Norte	Sim				
Sergipe	Sim				
Goiás	180	7			8
Mato Grosso	23	12			6
Mato Grosso do Sul	18	9			4
Distrito Federal		Sim			
Espírito Santo	360				
Minas Gerais	3250				
Rio de Janeiro	20				
São Paulo	516	435	70	295	Ajuda da comunidade, poço vizinho
Paraná	64				
Rio Grande do Sul	667	58	58		Solidariedade 22
Santa Catarina	12			49	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Outras fontes de água incluem poços (como em Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul) e cisternas, em menor número (São Paulo e Rio Grande do Sul). A dependência de carro-pipa, como em Alagoas, São Paulo e Santa Catarina, aponta para uma vulnerabilidade e pode ser um sinal da falta de acesso a sistemas de abastecimento regulares.

Em São Paulo e Rio Grande do Sul também foram registrados sistemas de abastecimento de água por solidariedade de vizinhos. A situação do saneamento básico, por outro lado, merece uma atenção especial, pois a ausência de sistemas adequados pode levar a graves problemas de saúde pública.

Acesso à esgotamento sanitário

A análise dos dados sobre esgotamento sanitário revela um cenário de grande disparidade entre as comunidades ciganas. Enquanto algumas têm acesso a redes, muitas ainda dependem de soluções individuais ou vivem em áreas sem qualquer tipo de saneamento básico.

Tabela 8 – Esgotamento sanitário – por estado

	Esgotamento Sanitário
Amazonas	Sim
Pará	Sim
Tocantins	Sim
Alagoas	Sim
Bahia	Sim
Ceará	Sim e não
Maranhão	Sim e não
Paraíba	Sim e não
Pernambuco	Sim e não
Piauí	Sim
Rio Grande do Norte	Sim e não
Sergipe	Sim
Distrito Federal	Não
Espírito Santo	Sem acesso 160; parcial 60, regular 200
Minas Gerais	Acesso total/regular 3157, acesso parcial 65
Rio de Janeiro	Sim 180, não 215
São Paulo	Sim 600; não 620
Paraná	Sim 402; Não 27 (banheiro químico - 7)
Rio Grande do Sul	Sim 715; Parcial 8, Não 384
Santa Catarina	Sim 12; Não 117

Fonte: Elaborado pelos autores.

A maioria das comunidades mapeadas no Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) reporta a ausência de acesso a sistemas de esgotamento sanitário, na maioria dos estados. Isso indica que, mesmo em comunidades já sedentarizadas, a infraestrutura básica ainda é um problema.

Em outros estados, a situação é mista ou precária. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o acesso a sistemas de esgoto é inexistente. No Paraná, embora haja 27 pessoas com acesso a esgoto, a menção a "banheiro químico" sugere a precariedade das soluções.

A análise mais detalhada mostra que, onde há algum tipo de saneamento, a fossa séptica é a solução mais comum, especialmente no Sudeste e Sul. Em Minas Gerais, 2.500 ciganos utilizam fossa séptica, o que indica uma grande dependência de soluções individuais e não de uma rede coletora. Em São Paulo, 955 pessoas utilizam esse sistema. No Nordeste, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte também registram uso de fossa séptica, e algumas ainda são utilizadas de forma inadequada, o que aumenta o risco de exposição a doenças. No Centro-Oeste, o estado de Goiás registra 180 pessoas utilizando o sistema de fossa séptica.

O acesso à rede geral de esgoto é um privilégio para poucas comunidades. Em São Paulo, 280 ciganos têm acesso a esse sistema, e, no Rio Grande do Sul, o número é de 229. Maranhão e Sergipe também têm acesso a esse sistema de forma parcial ou limitada.

Em geral, a precariedade do esgotamento sanitário é um sinal claro da vulnerabilidade social e da falta de investimento em infraestrutura nas áreas onde as comunidades ciganas estão assentadas. Essa situação representa um grave risco para a saúde pública e para a qualidade de vida dessas populações.

Acesso à coleta de lixo

O acesso à coleta de lixo nas comunidades ciganas é um retrato da precariedade de infraestrutura básica em muitas áreas. Os dados do mapeamento mostram que, embora algumas comunidades tenham acesso a esse serviço, a falta de regularidade e a ausência completa de coleta ainda são realidades comuns.

Na maior parte dos estados do Nordeste, o acesso à coleta de lixo foi registrado como "sim". Isso acontece em Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Esse dado, embora positivo, precisa ser contextualizado com a qualidade e regularidade do serviço, que nem sempre é garantida. Em outras regiões, a situação é mais preocupante. Em Goiás (180), Mato Grosso (16) e Mato Grosso do Sul (18), o número de ciganos com acesso à coleta de lixo é baixo, o que indica que muitas comunidades dependem de soluções alternativas, como lixões a céu aberto ou queima de lixo, com graves consequências para a saúde pública e o meio ambiente.

Em Minas Gerais, os dados mostram que, embora a maioria tenha acesso à coleta de lixo (2.565), um número significativo de 200 ciganos não tem. No Rio de Janeiro, há um registro de poucos ciganos com acesso (20) e a maioria não tem coleta de lixo (215). A situação em São Paulo também é mista, com a maioria das comunidades tendo acesso, mas a realidade é diferente em cada local.

Nos estados da região Sul, a maioria tem acesso à coleta de lixo, mas Rio Grande do Sul e Santa Catarina registram famílias que não tem acesso, com 291 e 117 pessoas, respectivamente.

A falta de acesso à coleta de lixo é um desafio que reforça a vulnerabilidade social e a invisibilidade das comunidades ciganas. O direito a um ambiente limpo e saudável é fundamental, e a ausência desse serviço demonstra a necessidade de políticas públicas que incluam essas populações nos planos de saneamento básico.

Acesso à eletricidade

O acesso à energia elétrica é um indicador fundamental de qualidade de vida e de acesso aos direitos básicos. Os dados do mapeamento revelam que, embora a maioria das comunidades ciganas mapeadas tenha algum tipo de acesso à eletricidade, a forma de conexão varia e, em muitos casos, ainda é precária.

Na maior parte dos estados, como Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe, o acesso à eletricidade é indicado como "sim". Em outros, os dados mostram um número significativo de indivíduos com acesso, como em Minas Gerais (3.742) e São Paulo (1.230).

A análise mais detalhada, no entanto, revela a existência de conexões irregulares. Em Minas Gerais, por exemplo, 200 ciganos dependem de energia irregular, e no Rio de Janeiro esse número chega a 215. A menção a "irregular" também aparece em Santa Catarina (12) e no Rio Grande do Sul (191), o que indica um problema de acesso precário a redes formais e seguras.

Acesso à internet

O acesso à internet é uma necessidade básica no século XXI, essencial para o acesso à informação, educação, trabalho e serviços públicos. Os dados do mapeamento revelam que, embora muitas comunidades ciganas tenham acesso à internet, a qualidade e o tipo de conexão variam, o que aponta para uma lacuna na inclusão digital.

A maior parte dos dados indica que o principal meio de acesso à internet é por meio de dados móveis. Em estados como Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe, o acesso à internet se dá exclusivamente por essa modalidade. Isso é uma realidade também para muitos ciganos em Minas Gerais (3.442) e Goiás (589), o que indica que a mobilidade e a falta de infraestrutura fixa levam a essa dependência.

A internet por banda larga e fibra óptica ainda é um privilégio para poucas comunidades. O acesso à banda larga é mais comum em estados do Sul e Sudeste, como Minas Gerais (2.560), São Paulo (1.230) e Rio Grande do Sul (200), onde a infraestrutura é mais desenvolvida. Já a internet por fibra óptica, a mais rápida e estável, foi mapeada em apenas dois estados: Rio Grande do Sul (8) e Santa Catarina (12), o que evidencia a exclusão digital severa enfrentada pela maioria das comunidades ciganas no país.

A falta de acesso a conexões de qualidade e a dependência de dados móveis pode limitar o uso da internet para fins de educação e trabalho, reforçando o ciclo de pobreza e exclusão. As comunidades ciganas que não têm acesso a conexões de alta velocidade ficam à margem da sociedade digital, com um acesso limitado a informações, serviços e oportunidades.

Tabela 9 – Acesso à infraestrutura – por estado

	Acesso à Água potável	Esgotamento Sanitário	Coleta de Lixo	Acesso a eletricidade	Acesso à Internet
Amazonas	1	1	1		
Pará	3	3	3		
Tocantins		1	33		
Alagoas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Bahia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Ceará	Sim	sim, não	Sim	Sim	Sim
Maranhão	Sim	sim, não	Sim	Sim	Sim
Paraíba	Sim	sim, não	Sim	Sim	Sim
Pernambuco	Sim	sim, não	Sim	Sim	Sim
Piauí	Sim	sim	Sim	Sim	Sim
Rio Grande do Norte	Sim, não	Sim, não	Sim	Sim, não	Sim
Sergipe	Sim	sim	Sim	Sim	Sim
Goiás	180	0	180	191	180
Mato Grosso	23	0	16	23	18
Mato Grosso do Sul	18	0	18	26	25
Distrito Federal	0	Não	0	Sim	0
Espírito Santo	520	Sem acesso 160; parcial 60, regular 200	0	520	520
Minas Gerais	3392	Acesso total/regular 3157, acesso parcial 65	2565; Não 200	3242; Irregular 200	3442
Rio de Janeiro	395	Sim 180, não 215	Sim 20, não 215	180; irregular 215	395
São Paulo	875	Sim 600; não 620	1230	1230	1230
Paraná	Sim 409 ; Parcial 20	Sim 402; Não 27 (banheiro químico - 7)	Sim 409; parcial 20	Sim 392; parcial 13	429
Rio Grande do Sul	Sim 815; Parcial 142; Não 169	Sim 715; Parcial 8, Não 384	Sim 756; Não 291; Irregular 36; Parcial 24	Sim 824; Não 191; Irregular 22; Parcial 62	Sim 698; Não 245; Parcial 97
Santa Catarina	Sim (82), Não 13, Parcial 22	Sim 12; Não 117	Sim 12; Não 117	Sim 77; Irregular 12; Não 13	Sim 85; irregular 12; Não 13

Fonte: Elaborado pelos autores.

O acesso à serviços básicos é um dos principais indicadores da inclusão social e do exercício do direito à cidade. Para os povos ciganos, o acesso a esses serviços muitas vezes é precário, refletindo sua vulnerabilidade social e a invisibilidade de suas comunidades.

4.3 Trabalho, Previdência e Renda

As atividades econômicas das comunidades ciganas refletem uma mistura de tradições milenares com a adaptação às demandas do mercado moderno. O mapeamento revela a diversidade das fontes de renda, que vão desde práticas informais até o acesso, ainda que limitado, a empregos formais e serviços públicos.

4.3.1 Atividades econômicas e principais fontes de renda

As regiões Sudeste e Sul conseguiram registrar com mais detalhes e quantidades as atividades econômicas desenvolvidas em suas regiões.

Tabela 10 – Atividades econômicas das populações ciganas – por estado

	Atividade comercial informalidade	Quiromancia/sortas/cartas	Atividade circêneas	Arte em geral	Artesanato	Agricultura familiar	Extrativismo	Coleteira / formal	Trabalhadores aplicativos	Terceirizados	Servidor público	Profissionais liberais	Atividade empresarial
AM								1					
PA	1							3					
TO	9				3			1			6	3	
AL	Sim	Não						Alguns			Alguns		
BA	Sim	Não						Alguns			Alguns		
CE	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim		Alguns				1	
MA	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim		Alguns				1	
PB	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim		Alguns				1	
PE	Sim	Sim		Sim	Sim	Sim		Alguns				1	
PI	Sim	Não						Sim			Alguns		
RN	Não	Não											
SE	Sim	Sim											
GO	Sim	32		19	62	56		28			5	2	
MT	Sim				13								
MS	Sim	6		8	22								
DF	Sim												
ES	Autônomos 520	Sim		Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
MG	Autônomos	Sim		Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
RJ	Autônomos			Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim
SP	Autônomos	Sim		Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
PR	378	379		104					91			8	30
RS	643	280	172	36	10	174		251	56			541	162
SC	129											22	

Fonte: Elaborado pelos autores.

A principal fonte de renda para a maioria das comunidades ciganas nas regiões brasileiras é a atividade comercial no campo da informalidade. Os dados mostram que, em praticamente todos os estados, como Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, esta atividade é uma base de sustento. O Paraná (378), Espírito Santo (520) e o Rio Grande do Sul (643) se destacam com um grande número de pessoas envolvidas no comércio informal, que pode incluir a venda de veículos, joias e produtos variados em feiras livres e mercados.

A prática da leitura da sorte e do futuro, quiromancia, é uma atividade tradicional e reconhecida como uma fonte de renda em diversas comunidades. É uma atividade recorrente em estados como Ceará, Maranhão e Pernambuco, e no Paraná (379) e no Rio Grande do Sul (280) também há um número significativo de pessoas que se dedicam a essa atividade. No Centro-Oeste, a atividade é pouco realizada, com registros em Goiás e Mato Grosso do Sul.

Outra atividade econômica, a atividade circense tem no circo uma das expressões culturais mais fortes dos ciganos, e os dados mostram que essa atividade é uma fonte de renda, apenas no Rio Grande do Sul (172).

A arte em geral e o artesanato, com a produção e venda de artesanato e outras formas de arte são atividades importantes para a economia cigana. Goiás (62) e Mato Grosso do Sul (22) se destacam no artesanato, e Paraná (104) e Rio Grande do Sul (36) no que se refere a "arte em geral".

Embora não sejam as atividades mais comuns, a agricultura familiar é mencionada nos estados do Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Isso mostra uma adaptação das comunidades ciganas a diferentes realidades, especialmente em áreas rurais. Por outro lado, o extrativismo não foi identificado em nenhuma das regiões.

O acesso ao mercado de trabalho formal é um desafio para as comunidades ciganas. No entanto, há alguns casos positivos: o registro de trabalhadores celetistas/formais foi mencionado em Amazonas, Tocantins e Pará, em quase todos os estados do Nordeste (com alguns trabalhadores), e em estados como Goiás (28), Rio Grande do Sul (251), Rio de Janeiro e Minas Gerais há pessoas com carteira de trabalho assinada. No Tocantins (6) e em Goiás (5) há ciganos que atuam como servidores públicos, além do registro de alguns outros trabalhadores servidores públicos em Alagoas, Bahia, Piauí, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Trabalhadores de aplicativo, terceirizados e profissionais liberais representam a adaptação aos novos modelos de trabalho, e são mapeadas principalmente em Rio Grande do Sul, onde há 56 ciganos trabalhando como aplicativos e 541 como profissionais liberais. A atividade empresarial, que se refere a negócios próprios, é uma realidade em estados como Rio Grande do Sul (162) e Rio de Janeiro, o que mostra que algumas comunidades ciganas têm maior autonomia e controle sobre suas fontes de renda.

4.3.2 Inserção no mercado formal

O acesso ao mercado de trabalho formal ainda é um grande desafio para as comunidades ciganas. O registro de "dificuldade de acesso a emprego" é preenchido em quase todos os estados, com os principais motivos sendo o preconceito (Regiões Nordeste e Sul) e o analfabetismo (região Centro-Oeste).

Mapa 10 - Dificuldade de acesso a emprego - por estados



No Espírito Santo, um dos motivos que aparece como dificuldade no acesso ao emprego é a migração sazonal em decorrência de perseguições indeterminadas, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro registrou-se a discriminação pelo tipo de moradia (Barracas de Lona), devido ao uso de vestimentas típicas, e pelo estigma de ladrão.

No Paraná registrou-se os seguintes motivos: baixa escolaridade (113), falta de adaptação (40), falta de documentos (16), falta de interesse (55), permanência (40), preconceito (128). E no Rio Grande do Sul: baixa escolaridade (46), falta de documentos (11), itinerância (11), preconceito (107).

A informalidade é, muitas vezes, a única opção de sustento, devido a barreiras como a falta de documentação, preconceito e baixa escolaridade. A ausência de empregos formais e o foco em atividades informais, como a venda de carros ou artesanato, são reflexo direto das dificuldades que os ciganos enfrentam para se inserir no mercado de trabalho.

Nos estados da Região Norte, não começamos a identificar, por meio da pesquisa, informações sobre dificuldade de acesso ao emprego. É importante notar a menção de que, em alguns estados, há ciganos atuando como "servidores públicos", o que aponta para um processo de ascensão social e de maior integração à sociedade brasileira.

A análise das atividades econômicas reforça a necessidade de políticas de inclusão social e de combate ao preconceito para que as comunidades ciganas tenham mais oportunidades de emprego e renda, sem abrir mão de suas tradições.

4.3.3 Acesso à previdência e políticas de inclusão

O acesso a benefícios previdenciários e a programas de inclusão social é um dos indicadores mais importantes para avaliar a cidadania plena das comunidades ciganas. A análise dos dados de mapeamento revela uma desconexão entre a contribuição formal para a previdência e o acesso a benefícios sociais, evidenciando a predominância de uma economia informal.

A pesquisa de campo demonstra um número reduzido de contribuintes do INSS, com registros apenas no Tocantins, em Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Essa baixa contribuição reflete a informalidade da maioria das atividades econômicas, como comércio ambulante e artesanato.

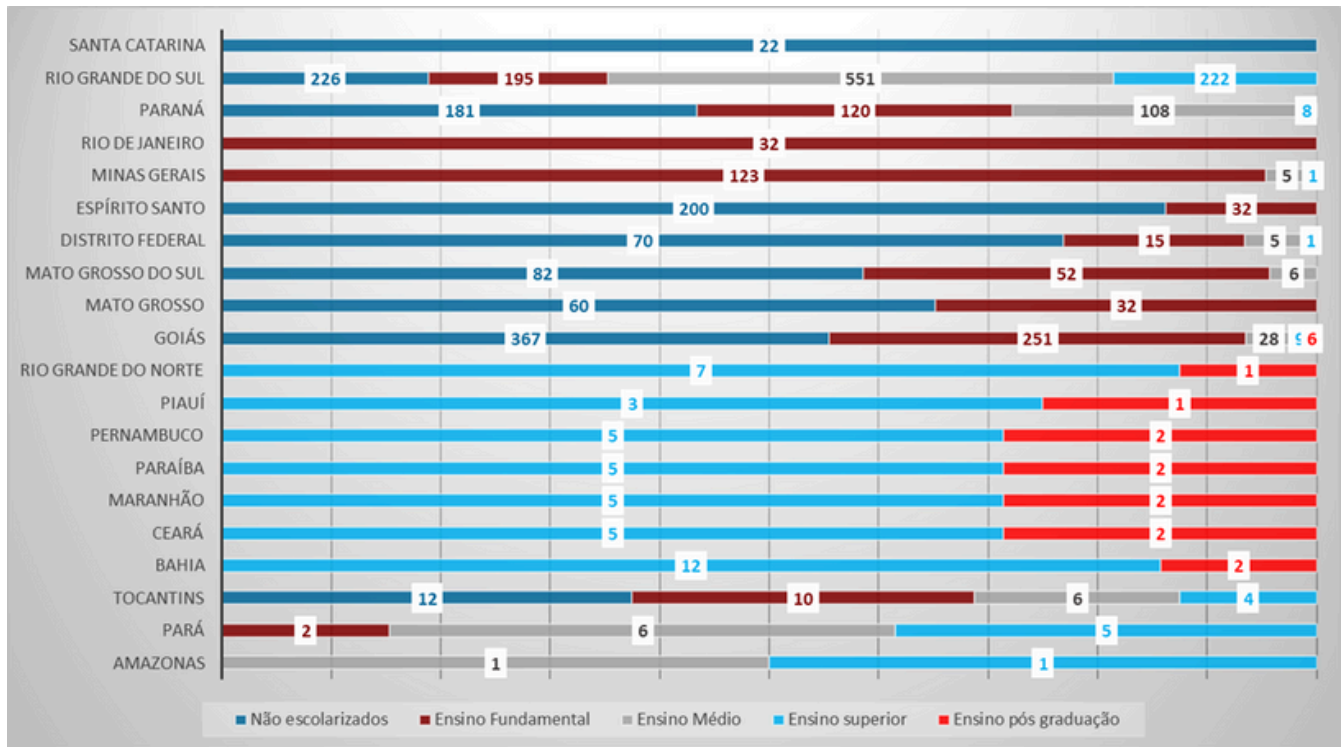
Em contrapartida, o número de beneficiários do INSS é significativamente maior, o que sugere que muitas famílias acessam benefícios por meio de programas sociais ou pela contribuição indireta. O mapeamento encontrou beneficiários em estados como Pará (1), Tocantins (2) e em praticamente todas as regiões do país, incluindo o Nordeste, o Sudeste e o Rio Grande do Sul. A discrepância entre o número de contribuintes e beneficiários reforça a necessidade de políticas específicas que facilitem a formalização das atividades econômicas dos ciganos.

4.4 Educação

4.4.1 Taxas de escolarização e analfabetismo

A educação formal é um dos principais desafios para as comunidades ciganas no Brasil, sendo um fator crucial para a inclusão social e a superação de barreiras históricas. Os dados do mapeamento revelam um cenário complexo, com disparidades regionais e de gênero, mas também com avanços notáveis e a persistência de desafios enraizados.

Gráfico 8 – Acesso à educação – por estado



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados de escolaridade mostram que o analfabetismo e a baixa escolarização ainda são uma realidade para muitos ciganos adultos. Em Goiás e Minas Gerais, o analfabetismo é uma questão central. A falta de acesso à educação básica é um obstáculo para a participação plena na sociedade, refletindo um histórico de exclusão e invisibilidade.

No entanto, a pesquisa aponta para uma tendência positiva. A população mais jovem tem maior acesso à educação formal. Em estados como Paraná e Rio Grande do Sul, há um número considerável de ciganos no Ensino Fundamental e Médio, o que sugere um maior esforço de inclusão por parte das famílias e das políticas públicas.

Apesar dos avanços, o acesso ao Ensino Superior e à pós-graduação ainda é um privilégio para poucos, com exceções notáveis, como na Bahia, onde a pesquisa de campo identificou ciganos com formação em Direito, Pedagogia e até um Doutor em Zoologia.

4.4.2 Barreiras de acesso e evasão escolar

A evasão escolar é um problema persistente, com causas que variam de acordo com o gênero e região. A evasão escolar feminina é um fenômeno recorrente e está diretamente ligada a costumes sociais e culturais. No Sudeste, a pesquisa aponta que as meninas são preparadas para o casamento precocemente e a vida familiar, o que leva ao abandono dos estudos.

No Ceará, a baixa escolarização entre as meninas também está relacionada às uniões estáveis precoces. Para os homens, a evasão escolar está ligada ao início das atividades de trabalho, muitas vezes em detrimento da educação formal. A discriminação e o preconceito também são fatores importantes. Na Paraíba, a pesquisa relatou casos de ciganofobia que afetam diretamente a permanência escolar, mostrando que o preconceito é uma barreira para a educação.

Apesar dos desafios, a educação formal é vista como uma forma de ascensão social e de superação de barreiras. Os casos de sucesso na Bahia, por exemplo, mostram que, quando o acesso e o apoio são garantidos, os ciganos são capazes de alcançar altos níveis de escolaridade e de contribuir para a sociedade.

4.5 Saúde

4.5.1 Acesso a serviços de saúde básica – pública, privada

O acesso à saúde é um desafio para as comunidades ciganas, que muitas vezes enfrentam barreiras culturais, geográficas e institucionais. Os dados do mapeamento revelam que, embora o Sistema Único de Saúde (SUS) seja a principal porta de entrada, o acesso a serviços de saúde privados ainda é muito limitado. O SUS é o principal serviço de saúde para a maioria das comunidades ciganas mapeadas. Em estados como Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, toda a região Centro-Oeste, Sudeste e Sul, o acesso a serviços de saúde públicos é a única opção para a grande maioria da população.

Em Goiás, Mato Grosso, e Mato Grosso do Sul, a população cigana dependem quase que exclusivamente do SUS. No Rio Grande do Sul, um número significativo o sistema público de saúde, o que demonstra a importância do SUS para essas comunidades.

Por outro lado, o acesso a serviços de saúde privados é muito limitado e, em muitos casos, inexistente. A maioria dos estados, como Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Ceará e Minas Gerais, relata a ausência de acesso a serviços de saúde privados. Em alguns estados, o acesso a serviços privados é parcial ou limitado a algumas pessoas, como em Alagoas, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. No Rio Grande do Sul, um número considerável (397) tem acesso a serviços de saúde privados, o que pode estar relacionado a uma maior formalização de renda e a melhores condições de vida.

O limitado acesso a serviços de saúde privados, e a dependência do SUS, evidenciam a vulnerabilidade social e econômica das comunidades ciganas. O preconceito e a desinformação sobre as comunidades ciganas são desafios adicionais para a saúde pública, pois muitas vezes os profissionais de saúde não estão preparados para atender às particularidades culturais e sociais desses povos.

A presença de agentes de saúde da família e de agentes de endemia nas comunidades ciganas é fundamental para a atenção primária à saúde, a prevenção de doenças e a promoção do bem-estar. Os dados do mapeamento revelam que, embora essas visitas ocorram, a cobertura e a regularidade variam consideravelmente entre as regiões.

A maioria dos estados do Nordeste, como Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe, relata a presença de agentes de saúde da família e de agentes de endemia. Essa cobertura é um ponto positivo, pois mostra que o acesso à atenção básica é uma realidade para as comunidades ciganas nessas áreas.

Em Goiás, os povos ciganos recebem visitas de ambos os tipos de agentes, e, no Rio Grande do Sul, o número de atendidos chega a 298. No entanto, a ausência de visitas também é uma realidade em algumas comunidades, como no Espírito Santo. Além disso, em alguns estados, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o número de visitas é extremamente baixo, com registros de apenas 5 e 6 visitas, respectivamente.

A presença dos agentes de saúde é um fator que contribui para a inclusão social e para a melhoria das condições de saúde das comunidades ciganas. No entanto, é importante que essa presença seja regular e que os agentes de saúde estejam preparados para lidar com as particularidades culturais e sociais desses povos, garantindo um atendimento mais humanizado e eficaz.

4.5.2 Indicadores de saúde da população em extrema vulnerabilidade

O acesso à saúde é um desafio para as comunidades ciganas, que enfrentam barreiras que vão além da falta de infraestrutura. A invisibilidade dessas populações e a ausência de atendimento especializado são fatores que contribuem para a precariedade da saúde, especialmente entre os mais vulneráveis. A situação de saúde das comunidades ciganas está diretamente ligada à sua vulnerabilidade social e à falta de acesso a serviços essenciais. A análise dos dados revela desafios significativos.

A análise dos indicadores de saúde da população cigana revela um cenário de extrema vulnerabilidade, marcado pela precariedade no acesso a serviços básicos e pela falta de atenção especializada. Os dados do mapeamento mostram que a saúde dessas comunidades é um reflexo direto de sua invisibilidade social e de barreiras históricas que precisam ser superadas.

Apesar do acesso básico ao Sistema Único de Saúde (SUS), as comunidades ciganas muitas vezes não conseguem o atendimento especializado necessário. Em Pernambuco, por exemplo, embora o acesso básico exista, a falta de atenção para casos de cardiopatias, epilepsia, TEA e câncer é uma realidade. Essa carência de acompanhamento especializado leva a agravamentos de quadros clínicos que poderiam ser evitados, gerando um impacto direto na qualidade de vida e na expectativa de vida dessas populações.

Na região Norte, a situação é particularmente crítica. A pesquisa constatou que a população, principalmente os idosos, enfrenta uma saúde precária, necessitando de atenção e medicamentos. A maioria dos povos ciganos acessa a saúde por meio dos postos e hospitais municipais, que, em sua maioria, desconhecem a existência de populações tradicionais e não estão preparados para oferecer um atendimento

especializado. Esse despreparo gera um atendimento genérico e muitas vezes inadequado, que não considera as particularidades culturais e sociais das comunidades ciganas.

Na região Sudeste, o acesso à saúde se dá principalmente pelo SUS. A pesquisa aponta que algumas pessoas, quando não conseguem o atendimento público, pagam por serviços médicos. No entanto, é importante ressaltar que nenhuma pessoa com plano de saúde privado foi registrada, o que reforça a vulnerabilidade econômica e a dependência do sistema público de saúde.

As barreiras para o acesso à saúde são, em grande parte, de natureza cultural e institucional. Os dados do Nordeste apontam o preconceito como um obstáculo significativo. No Sudeste, foram registrados como obstáculos à saúde: falta de acesso a especialidades, dificuldade de acesso e de compreensão dos caminhos de acesso, dificuldade devido a entraves e exigências burocráticas e preconceito, estigma, não compreensão dos procedimentos. Na região Sul, foram mencionadas falta de conhecimento, preconceito, itinerância, demora nos exames, documentação e falta de médicos como barreiras, evidenciando a necessidade de capacitação de profissionais de saúde para lidar com as especificidades culturais e sociais das comunidades ciganas.

O conjunto de informações evidencia que a saúde da população cigana requer uma abordagem diferenciada, que vá além do acesso básico e inclua a capacitação de profissionais e a criação de políticas de saúde que respeitem a cultura e as tradições desses povos.

4.5.3 Saneamento básico

A maioria das comunidades mapeadas tem acesso a água potável, principalmente por meio de água encanada. O Nordeste se destaca com a maioria das comunidades tendo acesso a esse serviço. Em Goiás, Mato Grosso e São Paulo, o acesso à água encanada também é uma realidade. No entanto, o uso de soluções alternativas, como carro-pipa em Alagoas, Sergipe e São Paulo, e a dependência de poços em Mato Grosso do Sul e Goiás, apontam para a fragilidade do sistema de abastecimento e a falta de investimentos em infraestrutura.

O acesso a esgotamento sanitário e coleta de lixo é um dos maiores problemas. A maioria dos estados do Nordeste, como Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco, não tem acesso a sistemas de esgoto. A solução mais comum, onde existe, é a fossa séptica, como em Minas Gerais e São Paulo. O acesso à rede de esgoto geral é um privilégio para poucas comunidades, como em São Paulo e Rio Grande do Sul.

A situação da coleta de lixo é igualmente preocupante. Em alguns estados, o acesso é precário ou inexistente. A falta de saneamento básico e de coleta de lixo é um grave risco para a saúde das comunidades, expondo-as a doenças e a condições insalubres.

4.5.4 Insegurança alimentar

A insegurança alimentar é uma realidade para muitas comunidades ciganas, e suas causas vão além da simples falta de renda. Ela está profundamente ligada à natureza do trabalho e à ausência de políticas de proteção social. A subsistência de muitas famílias ciganas depende de atividades econômicas informais, como a venda ambulante de panos de prato, a compra e venda de veículos (gambira e catira), e a coleta de recicláveis. Essas práticas, embora sejam legítimas e enraizadas na cultura cigana, não oferecem a segurança de um emprego formal. A ausência de vínculo de trabalho e a falta de contribuições previdenciárias deixam essas famílias expostas a incertezas econômicas e aprofundam a insegurança alimentar e habitacional.

A dependência de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), é um reflexo dessa vulnerabilidade. Em alguns casos, o corte de programas municipais, como o "Renda Mais" em Goiás, pode agravar drasticamente a situação, como pode ser visto nos dados. Além disso, a insegurança alimentar pode ser exacerbada por:

- Preconceito e discriminação: O preconceito muitas vezes dificulta o acesso a mercados e o estabelecimento de pontos de comércio, limitando as oportunidades de renda.
- Falta de acesso a crédito: A ausência de registro formal impede o acesso a linhas de crédito para pequenos empreendedores, impossibilitando a expansão dos negócios e o aumento da renda familiar.
- Barreiras geográficas: A mobilidade constante de algumas comunidades ciganas pode dificultar o acesso a programas sociais e a mercados de alimentos.
- Falta de políticas de inclusão produtiva: Embora as atividades econômicas ciganas sejam autônomas e legítimas, a falta de reconhecimento por parte do governo impede a criação de políticas que ofereçam apoio e capacitação, perpetuando o ciclo da informalidade.
- Esses fatores, combinados com a falta de acesso a direitos básicos, como documentação e moradia, tornam a segurança alimentar um desafio complexo e multifacetado para as comunidades ciganas.

5 Direitos Humanos e Cidadania

Apesar de sua rica história e cultura, as comunidades ciganas no Brasil enfrentam sérios desafios em relação aos direitos humanos e à cidadania plena. A falta de reconhecimento, a perseguição e a violência, somadas à escassez de políticas públicas, colocam essa população em uma situação de vulnerabilidade extrema.

A perseguição policial é um problema recorrente, especialmente em estados como Bahia, Alagoas e Rio Grande do Norte. A violência em Tanguará, no Rio Grande do Norte, é um exemplo disso. Quando um conflito envolve um membro da comunidade, todos os ciganos da localidade são penalizados, o que resulta em expulsões, perseguições e, em casos extremos, até mortes. Além disso, a cobertura jornalística frequentemente contribui para a discriminação, criando matérias estigmatizadas que reforçam o preconceito.

A pesquisa também destaca a falta de suporte das instâncias de segurança. Em estados como Pará e Tocantins, foram relatados casos de "justiçamento", resultando em chacinas entre famílias. As comunidades que enfrentaram esses conflitos apontaram a ausência de apoio das autoridades.

Outro desafio é a invisibilidade institucional. No Norte, a maioria da população desconhece a inclusão dos ciganos como povos e comunidades tradicionais e não sabe sobre seus direitos. Além disso, os órgãos municipais e estaduais, em grande parte, também ignoram a existência da população cigana e seus direitos, o que resulta em um "abandono das esferas municipais e estaduais para essas populações".

A diversidade interna das comunidades ciganas também representa um desafio. A pesquisa realizada no Sudeste apontou uma grande dificuldade em compatibilizar e reunir dados, pois a comunidade é extremamente diversa e não tem lideranças ou representações únicas e indivisíveis. Essa falta de uma voz unificada pode dificultar o diálogo com o poder público e a busca por políticas que atendam às necessidades específicas de cada grupo.

5.1 Acesso a políticas públicas e programas sociais

O acesso a políticas públicas e programas sociais é um dos principais mecanismos de inclusão social para as comunidades ciganas, atuando como uma rede de segurança vital. O mapeamento revela que a participação em programas de transferência de renda é o ponto central dessa relação.

Quando questionados sobre o conhecimento de políticas públicas para ciganos, a maioria dos estados registrou desconhecer. Os estados do Nordeste e do Sul registraram que conhecem políticas públicas específicas para ciganos.

Em Minas Gerais, constatou-se o acesso a editais de fomento à cultura. Na cidade de Ibirité acessam políticas públicas para ciganos desenvolvidas na esfera municipal e estadual, tais como: acesso à terra, educação, editais de fomento à cultura (Lei Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo). Lá, possuem inserção nos conselhos de Igualdade Racial, nas três esferas do Estado brasileiro, e organizam-se através de associação civil denominada Agência Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais dos Povos Ciganos, que atuam fortalecendo e defendendo os interesses dos ciganos em todo o Estado de Minas Gerais.

O Bolsa Família se destaca como o programa mais acessado, com a presença de participantes em praticamente todos os estados onde a pesquisa foi realizada. Além disso, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) também é um importante recurso, com beneficiários identificados em diversos estados, incluindo todos da região Nordeste, além de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A presença do BPC nessas comunidades, que muitas vezes vivem na informalidade e em condições de vulnerabilidade, indica que o programa é uma rede de segurança fundamental.

A pesquisa também encontrou ciganos participantes do Programa Pé de Meia no Distrito Federal e no Espírito Santo. E no Programa Minha cada Minha Vida (Rio Grande do Sul) e no Programa de Auxílio a Gás (Rio Grande do Sul). O acesso a esses programas é um passo crucial para garantir o sustento das famílias ciganas. Contudo, é fundamental que o governo vá além da mera transferência de renda e crie políticas que combatam as causas da informalidade, como a falta de documentação, o preconceito e as barreiras ao acesso ao emprego.

5.2 Participação social e representação política

A participação social e política das comunidades ciganas é um indicador fundamental de sua capacidade de influenciar decisões e garantir que suas necessidades sejam atendidas. Embora a pesquisa aponte que essa participação ainda é um desafio, há sinais de engajamento e organização em diferentes níveis.

A maior parte dos dados do mapeamento indica que os ciganos participam de conselhos locais, regionais e nacionais, além de associações civis, ONGs e coletivos. Isso acontece em estados como Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Distrito Federal e Minas Gerais.

A falta de uma voz unificada é um dos maiores desafios. Em alguns estados, a ausência de lideranças ou a diversidade de grupos dificulta a representação.

No entanto, há exemplos de associações em ação, como Associação Cigana do Brasil, Roda Cigana, Promoção da Igualdade Racial e de Cultura, Conselhos municipais e federais, Confederação dos Rom's, Agência Municipal Cultural de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano de Conselheiro Lafaiete, Agência Municipal de Cultura e Desenvolvimento dos Povos Ciganos de Esmeraldas, Agência Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais dos Povos Ciganos de Ibité, Agência Municipal Cultural de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano de Lagoa Santa, Agência Municipal Cultural de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano de Santa Bárbara, Associação de Circo RS (Canoas), Comitê de Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa (Gravataí), Fórum Municipal de Música (São Leopoldo), Associação de Ciganos Itinerantes RS (Santa Rosa), partido político (Torres) Centro de Referência Cigana de SC (Pouso Redondo, Rio do Sul, Rio Negrinho e Mafra). Algumas dessas associações possuem diálogo com o Ministério Público Federal e com a Defensoria Pública do estado.

Essa participação, no entanto, não é homogênea. Em alguns estados, como os da região Norte e da Região Centro-Oeste, a participação em associações é limitada ou inexistente, não tendo sido identificadas pessoas participando de, associações, ONGs ou conselhos. A falta de participação social pode estar ligada ao desconhecimento sobre direitos e a falta de oportunidades. Apesar dos desafios, a participação social e a representação política são caminhos para que as comunidades ciganas sejam reconhecidas como atores sociais legítimos e para que suas demandas sejam incorporadas nas políticas públicas.

5.3 Discriminação institucional e acesso à justiça

Os dados levantados em diferentes estados brasileiros evidenciam que os povos ciganos continuam enfrentando situações recorrentes de preconceito, invisibilidade institucional e violações de direitos humanos. Entre os principais eixos de discriminação relatados estão a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, a negação de direitos básicos como moradia, saneamento, saúde e documentação, e a hostilidade em espaços públicos e privados.

Tabela 11 – Estigmas, dificuldades e discriminação enfrentados por povos ciganos no Brasil, por região

Região	Principais dificuldades relatadas	Necessidades prioritárias	Formas de discriminação e violência
Norte	Acesso precário a serviços básicos; insegurança quanto ao reconhecimento de comunidades; ausência de registros consistentes.	Regularização territorial e acesso a políticas sociais.	Casos isolados de preconceito em espaços públicos (ex.: PA, TO), dificuldades de inserção em serviços de justiça.
Nordeste	Dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho; renda insuficiente; moradia precária.	Renda, moradia digna, acesso ao CadÚnico e políticas específicas.	Percepção generalizada de discriminação em mídias e na sociedade; relatos de preconceito em escolas, serviços públicos e por vizinhos.
Centro-Oeste	Analfabetismo; exclusão de políticas públicas; moradia precária; dificuldade de acesso a documentação.	Inclusão no CadÚnico, regularização fundiária e acesso a serviços básicos.	Discriminação cotidiana, ausência de atendimento da Defensoria e Ministério Público; casos de violência policial (especialmente em GO, MT e MS).
Sudeste	Violência policial; perseguição escolar a crianças; exclusão de serviços de saúde; falta de saneamento e regularização fundiária.	Regularização territorial, acesso à saúde, moradia e saneamento básico; inclusão laboral e escolar.	Ciganofobia explícita: acusações de roubo, má higiene, perseguição policial; discriminação em escolas, mercados, órgãos públicos e até durante a pandemia (COVID-19).
Sul	Acesso limitado a saúde, moradia e saneamento; dificuldade de manter tradições; exclusão econômica.	Água, alimentação, energia, moradia digna, educação e inclusão em políticas sociais.	Altos índices de preconceito reportados (comércio, escolas, hospitais, polícia); centenas de ocorrências de discriminação institucional e abordagens policiais violentas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em diversos estados, como Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, a inserção no mercado formal de trabalho foi citada como uma das maiores barreiras, reforçando a perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão social. Outro aspecto recorrente refere-se às situações de ciganofobia explícita, que se manifestam em escolas, comércios, serviços públicos e abordagens policiais. No Espírito Santo, por exemplo, a comunidade relatou perseguições, discriminação no mercado de trabalho e acusações infundadas de roubos e má higiene, além de impactos do uso de agrotóxicos em territórios onde vivem. Em Minas Gerais, destacaram-se casos de violência policial, perseguição a crianças em escolas, acusações de “envergonhar a cidade” e estigmatização associada às moradias precárias. No Rio de Janeiro, o preconceito esteve associado ao uso de vestimentas típicas, enquanto em estados do Sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) foram relatadas centenas de ocorrências de discriminação em escolas, comércios, hospitais, serviços públicos e especialmente em ações policiais.

A pesquisa também revelou a fragilidade no acesso à justiça: em muitos estados, o atendimento pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público foi inexistente ou insuficiente, deixando a população cigana desamparada diante de situações de violência e preconceito. Essa lacuna reforça a invisibilidade institucional e a ausência de políticas efetivas voltadas à garantia dos direitos dessa população. Ainda, observou-se uma forte percepção de discriminação nas mídias de massa, onde os ciganos frequentemente são representados por estereótipos negativos, contribuindo para sua estigmatização social.

6 Práticas culturais e tradições mantidas - quiromancia, garrafadas, acesso a editais

As práticas culturais e tradições são o cerne da identidade das comunidades ciganas, e a manutenção dessas tradições é um reflexo da resiliência desses povos. O mapeamento revela que, apesar das mudanças no estilo de vida, muitas dessas práticas persistem e se adaptam ao contexto moderno.

Tabela 12 – Tradições mantidas – por estado

	Domínio da língua	Quiromancia	Benedura	Comércio (vendas trocas)	Famílias extensas	Casamento cigano	Batiza do cigano	Músicas ciganas	Dança ciganas	Acesso a editais fomento à cultura	Festividades e eventos locais
PA		1	1								
TO				2	9			2	2		
AL	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
BA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
CE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
MA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
PB	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
PE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
PI	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
RN	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
SE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
GO	642	0	54	509	16	62	88	31	42	0	0
MT	83	0	16	48	7	6	22	0	28	0	0
MS	96	0	22	34	3	8	6	0	8	0	0
DF	80			Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		
ES	135	385	185	200	235	320	320	220	220		Consta em leis municipais
MG	3442	3065	2948	3442	2673	3402	3402	2725	2725	2310 (Santa Bárbara)	Sim Embu das Artes
RJ	395	160	160	395	395	395	395	180	180	20	Sim RJ
SP	Só em Taubaté, demais apenas entre mais velhas	1025	770	1230	205	1230	1230	1230	1230		Sim
PR	409	396	214	401	134	416	416	389	369		
RS	1010	594	417	617	987	698	619	443	380		
SC	104			77		22		22			

Fonte: Elaborado pelos autores.

O domínio da língua, como prática cultural e manutenção da tradição são amplamente praticadas, em todos os estados de todas as regiões, exceto na Região Norte. A quiromancia e a leitura de cartas também são amplamente praticadas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul. A prática da benzedura também é recorrente em várias comunidades, inclusive na Região Centro-Oeste.

As famílias extensas foram registradas em todas as regiões, exceto na Região Norte, e são o núcleo da organização social e cultural cigana. A tradição do casamento e do batizado cigano também são práticas comuns em todas as regiões do país, exceto na Região Norte. A música e a dança ciganas são expressões culturais vivas, com grande presença em estados como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás.

O acesso a editais e a políticas de fomento à cultura é um desafio significativo para as comunidades ciganas, que enfrentam barreiras como a falta de informação e de representação formal. Em muitos estados, o acesso a editais é inexistente ou não há informação sobre o tema. Em Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, a pesquisa aponta que há acesso a editais culturais, bem como em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Além disso, a pesquisa identificou a participação em eventos e festividades em todos os estados da região Nordeste e na Região Sudeste, o que indica que, apesar da falta de acesso a editais, as comunidades se organizam para manter suas tradições.

Algumas particularidades devem ser destacadas, como na região Nordeste. No estado de Alagoas a comunidade mantém suas tradições culturais, incluindo o ensino da língua cigana (chibi), a leitura de mãos (drabe), além de casamentos, batizados, dança e música. As mulheres confeccionam e usam vestidos tradicionais, e algumas vendem suas criações para outras ciganas. Na Bahia, a comunidade mantém suas tradições culturais, incluindo o ensino da língua cigana (chibi), uso dos vestidos, a leitura de mãos (algumas não realizam), além de casamentos, batizados, benzedura, dança e música. No Piauí, a comunidade mantém algumas tradições culturais, incluindo o ensino da língua cigana (chibi), a leitura de mãos (drabe), além de casamentos arranjados (em algumas comunidades), batizados, dança e música, porém a comunidade de Piri-piri foi apontada como a única que segue as tradições com rigorosidade.

No Sudeste, foi verificada a presença e resistência de práticas como a Cartomancia, no âmbito do trabalho; os casamentos e festividades, bem como práticas musicais. Já na região Norte, as famílias mantêm viva a língua, e as comemorações como casamentos e aniversários e vestimentas. Porém, todos relataram o medo de expor sua cultura, evitando vestir as roupas, de falar a língua e até mesmo de realizar suas festividades.

7 Particularidades Regionais e Iniciativas Locais

Na Região Nordeste algumas iniciativas locais foram constatadas durante a pesquisa com como as ações afirmativas com cotas para ciganos em três Universidades da Bahia: a Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB, a Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, e Universidade Estadual da Bahia UNEB. A Universidade Federal da Bahia lançou um programa de pós-graduação para ciganos. No Rio Grande do Norte, editais da Secretária de Cultura do Estado tiveram 18 (dezoito) vagas com cotas reservadas para os povos ciganos e depois de uma grande articulação com os grupos as vagas foram preenchidas com ciganos do estado.

Inicialmente, destaca-se que uma das particularidades dos povos ciganos do Centro-Oeste é a incorporação de elementos e práticas culturais da região às suas tradições. Observa-se forte presença de músicos, cantores e violeiros — amadores e profissionais, homens e mulheres —, especialmente do gênero sertanejo, entre as comunidades ciganas, fato constatado em todos os estados do Centro-Oeste e no Distrito Federal. É importante ressaltar que há quatro municípios em Goiás — Petrolina de Goiás, Aurilândia, Santa Rosa de Goiás, Palminópolis e Buritinópolis — nos quais há vereadores publicamente identificados como pessoas ciganas na sociedade local.

Em termos de inovação, destaca-se o município de Cavalcante-GO, que, em 2024, promulgou a Lei Municipal n. 1.303/2023, reservando 10% das vagas em concursos públicos para pessoas ciganas. No âmbito da religiosidade, destaca-se a existência de dois templos evangélicos ligados à comunidade cigana: a “Primeira Igreja Cigana Presbiteriana”, em Trindade-GO, frequentada por pessoas da etnia Calon; e a “Assembleia de Deus dos Ciganos”, em Aparecida de Goiânia, frequentada por pessoas da etnia Rom, subgrupo Kalderash.

Entre as iniciativas lideradas por representantes da região, destaca-se a proposição do Estatuto dos Povos Ciganos, por meio do projeto de lei do senador Paulo Paim (PLS 248/2015), aprovado no Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados. Trata-se de uma articulação liderada por famílias ciganas da Comunidade Nova Canã, organizadas por meio da Associação Nacional das Etnias Ciganas (ANEC), sediada no Distrito Federal. Na Região Sudeste, foram encontrados diversos municípios em Minas Gerais com Associações específicas para povos ciganos, há uma política de ação afirmativa para avesso a curso superior na Universidade do Estado de Minas Gerais, e ações do Ministério Público para concessão de terras para acampamento e moradia. Em São Paulo, a cidade de Taubaté se destaca pelo atendimento e atenção dos serviços do CRAS e relação com vários serviços da assistência social à população cigana.

7.1 Experiências exitosas em políticas públicas para ciganos

Apesar dos desafios históricos de invisibilidade e exclusão, existem experiências bem-sucedidas de políticas públicas voltadas para as comunidades ciganas no Brasil. Essas iniciativas, em sua maioria, são resultado da articulação entre o poder público e a mobilização interna das próprias comunidades.

Uma das principais conquistas é o acesso a ações afirmativas para ingresso no ensino superior. A presença de ciganos no ensino superior e na pós-graduação como constatado em alguns estados, demonstra a capacidade das comunidades de superarem as barreiras educacionais quando lhes são dadas as oportunidades certas.

O acesso a editais e o fomento à cultura ainda são limitados em muitas regiões, mas a criação de associações e a mobilização comunitária têm sido fundamentais para garantir a participação em eventos e a manutenção das tradições. Em Minas Gerais, por exemplo, há Associação dos Povos Ciganos em diferentes municípios e é um exemplo de organização que busca representar as demandas da comunidade. Em Santa Catarina, a articulação é com a União Nacional, visando o reconhecimento e a busca por direitos.

A criação de associações e a participação em conselhos locais, regionais e nacionais são estratégias que fortalecem a representação política e a voz dos ciganos. A Associação Cigana do Povo Calon de Tanguará, no Rio Grande do Norte, é um exemplo de como a organização social pode resultar na garantia de direitos e na participação em programas sociais.

O mapeamento também revela o acesso a programas sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que, embora não sejam políticas exclusivas para ciganos, têm um papel crucial no combate à insegurança alimentar e na garantia de uma rede de segurança para as famílias que dependem da informalidade.

Essas experiências mostram que a inclusão das comunidades ciganas na sociedade brasileira é possível. A articulação entre o poder público, a sociedade civil e a própria mobilização interna das comunidades é o caminho para o fortalecimento da cidadania e a garantia de direitos.

7.2 Casos de diálogo intercultural e protagonismo comunitário

A construção de pontes entre as comunidades ciganas e a sociedade em geral é um processo complexo, mas fundamental. O mapeamento revela que o diálogo intercultural e o protagonismo comunitário são essenciais para a superação de desafios históricos.

Apesar da maioria da população desconhecer os direitos dos ciganos como povos e comunidades tradicionais, o engajamento comunitário tem levado a importantes conquistas. A criação de associações, por exemplo, é uma forma de protagonismo que fortalece a voz das comunidades. As associações são exemplos de organizações que buscam a representação política e a defesa dos direitos dos ciganos.

O diálogo intercultural se manifesta em ações concretas, como a participação em conselhos locais e regionais, o que permite que as demandas das comunidades ciganas sejam incluídas nas políticas públicas. Essa participação social é um passo crucial para que as comunidades sejam reconhecidas como atores sociais legítimos e para que suas necessidades sejam atendidas.

No entanto, a pesquisa também aponta desafios. A invisibilidade das comunidades ciganas para os órgãos municipais e estaduais é um obstáculo que resulta em abandono e falta de suporte. A ausência de representações únicas e indivisíveis em comunidades como as do Sudeste dificulta a coleta de dados e a criação de políticas eficazes.

Apesar dessas barreiras, o esforço contínuo das comunidades ciganas para manterem suas tradições e se organizarem politicamente mostra sua resiliência e seu desejo de serem protagonistas de seu próprio futuro.

8 Desafios e Recomendações para a Formulação de Políticas Públicas

A jornada para a plena cidadania das comunidades ciganas no Brasil está repleta de desafios complexos e históricos, que vão desde a informalidade econômica até a violência e a discriminação. A formulação de políticas públicas eficazes requer uma abordagem integrada, que reconheça as particularidades de cada comunidade e promova a inclusão em diversas esferas.

Um dos maiores desafios é a discriminação e o preconceito, que se manifestam de diversas formas. Na educação, o anticiganismo e o racismo são obstáculos à permanência escolar. A necessidade de contribuir para o sustento da família também leva muitos a abandonarem os estudos, um problema que afeta a conclusão do ensino médio e superior. Na saúde, o racismo institucional e o anticiganismo nos serviços de saúde são barreiras para o acesso e a qualidade do atendimento.

A informalidade é outro desafio estrutural, que aprofunda a insegurança alimentar e habitacional. A dependência da venda ambulante, do comércio informal e de programas de transferência de renda demonstra a falta de proteção social e de vínculos formais de trabalho.

Ainda mais grave são os conflitos internos e as denúncias de intimidação. Um ponto sensível foi a denúncia contra o Instituto Cigano do Brasil (ICB), acusado de sabotar políticas públicas e de praticar intimidação. Tais conflitos internos são um grande obstáculo para a representação e a organização da comunidade.

Para superar esses desafios, é essencial a criação de políticas públicas específicas e articuladas. Para isso, levantamos alguns aspectos a serem considerados por indicador social.

Educação:

- Combater a evasão escolar de crianças e adolescentes ciganos.
- Capacitar os profissionais da educação sobre a diversidade étnico-racial e a realidade cigana.
- Incluir a história e a cultura cigana nos currículos escolares.
- Expandir as políticas de ação afirmativa no ensino superior, incluindo a permanência estudantil.

Saúde:

- Qualificar os profissionais do SUS para entenderem a diversidade cultural e as práticas tradicionais de cuidado dos ciganos.
- Garantir o acesso a especialidades médicas, atenção à saúde da mulher, saúde mental e o tratamento de doenças prevalentes como a tuberculose e a hanseníase.
- Incluir a "etnia cigana" nos sistemas de informação para fortalecer o mapeamento e a formulação de políticas direcionadas.
- Políticas de acompanhamento em saúde de mulheres, crianças e idosos nas comunidades ciganas.

Habitação e Questões Fundiárias:

- Incluir as famílias ciganas em programas habitacionais e de regularização fundiária.
- Garantir a inviolabilidade do domicílio e a privacidade em acampamentos e moradias.
- Prever áreas públicas com infraestrutura para as famílias em itinerância sazonal.
- Prever uma política habitacional específica para comunidades ciganas em cada região, considerando pontos centrais da itinerância.

Trabalho, Renda e Previdência:

- Garantir condições dignas durante as viagens e os deslocamentos sazonais.
- Criar incentivos para empresas que empreguem ciganos formalmente e implementar ações afirmativas no serviço público.
- Ajustar a legislação previdenciária para incluir o comércio tradicional cigano, permitindo a aposentadoria com tempo reduzido, equiparada à dos trabalhadores rurais.

8.1 Inclusão nos instrumentos de planejamento e orçamento público

A inclusão das comunidades ciganas nos instrumentos de planejamento e orçamento público, como Planos Plurianuais (PPAs), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), é um desafio crucial para a garantia de seus direitos. A falta de dados oficiais e o desconhecimento por parte dos órgãos públicos sobre a existência e as necessidades dessas comunidades dificultam a alocação de recursos e a implementação de políticas públicas específicas.

Apesar da carência de informações, a pesquisa aponta para a importância da articulação política e social para a conquista de direitos. A participação social, por meio de associações e conselhos locais, é um dos principais caminhos para que as demandas das comunidades ciganas sejam incluídas na agenda governamental.

A criação de um banco de dados oficial sobre a população cigana, por exemplo, é um passo fundamental para que a realidade dessas comunidades seja contemplada nos planos de governo e nos orçamentos públicos. Sem dados precisos e atualizados, a invisibilidade social se traduz em invisibilidade orçamentária, perpetuando o ciclo de exclusão. Promover a continuidade desse mapeamento histórico que trouxe uma primeira fotografia real sobre o contexto da população cigana no Brasil.

8.2 Necessidade de produção contínua de dados desagregados

A produção contínua de dados desagregados sobre as comunidades ciganas é um passo fundamental para superar a invisibilidade social e promover a inclusão. Sem dados precisos e atualizados, a formulação de políticas públicas fica comprometida, e as necessidades específicas de cada grupo não são devidamente consideradas.

A invisibilidade dos ciganos é um desafio significativo. A pesquisa revela que as populações ciganas se sentem "abandonadas" por parte das esferas de poder. Essa falta de reconhecimento institucional, somada à diversidade interna dos grupos ciganos, dificulta a criação de políticas eficazes.

A inclusão de campos sobre a etnia cigana em sistemas de informação, como o SUS, é um exemplo prático de como a produção de dados desagregados pode ajudar a direcionar políticas e recursos de forma mais eficaz. A identificação de comunidades itinerantes, por exemplo, é crucial para que o governo possa garantir o acesso a direitos básicos, como saúde e educação, durante os deslocamentos sazonais. A produção de dados desagregados não se limita a números e estatísticas. Ela é um ato de reconhecimento e de cidadania. Ao incluir os ciganos nos instrumentos de coleta de dados, o governo os reconhece como parte da sociedade e como sujeitos de direitos.

A inclusão da etnia cigana em instrumentos de pesquisa oficiais, como o Censo Demográfico Brasileiro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), é uma necessidade urgente para o reconhecimento e elaboração de políticas públicas eficazes. A ausência de dados precisos e contínuos perpetua a invisibilidade dessas populações e dificulta a alocação de recursos e a criação de programas específicos. Atualmente, o mapeamento e a identificação de comunidades ciganas são feitos por meio de pesquisas isoladas e iniciativas da sociedade civil. A falta de um registro oficial e sistemático no censo demográfico impede o conhecimento do número exato de ciganos no país e de suas condições sociais e econômicas.

Ao incluir a identificação da etnia cigana no Censo do IBGE, o governo brasileiro daria um passo fundamental para o reconhecimento e a garantia de direitos. A inclusão na PNAD Contínua permitiria o monitoramento de indicadores sociais ao longo do tempo, como acesso à educação, saúde, saneamento básico e emprego.

A produção de dados desagregados, por meio de pesquisas oficiais, não é apenas uma questão estatística. É um ato de justiça social e um pré-requisito para o planejamento de políticas públicas que levem em conta as particularidades e as necessidades das comunidades ciganas.

8.3 Estratégias para a promoção da igualdade e reconhecimento étnico

A promoção da igualdade e o reconhecimento étnico das comunidades ciganas são fundamentais para o combate ao preconceito e a discriminação, que se manifestam de diversas formas na sociedade brasileira. Para isso, é essencial que sejam adotadas estratégias que envolvam a educação, a mídia e a segurança pública.

A discriminação e o preconceito são desafios significativos, que se refletem na dificuldade de acesso ao emprego e no ambiente escolar. Para combater o anticiganismo ou a ciganofobia, é crucial que os profissionais da educação sejam continuamente capacitados sobre a diversidade étnico-racial e a realidade cigana. A inclusão da história e cultura cigana nos currículos escolares e a celebração de datas importantes, como o Dia Nacional dos Povos Ciganos (24/05), são iniciativas que promovem o reconhecimento e a valorização dessa cultura.

O combate ao racismo na mídia é outro ponto crucial, pois as coberturas jornalísticas, muitas vezes, criam estigmas e reforçam estereótipos. É fundamental que a mídia seja conscientizada e capacitada para abordar a população cigana de forma ética e respeitosa.

Além disso, a capacitação dos profissionais de segurança pública para compreender a diversidade étnico-racial é essencial para combater a perseguição e a violência policial, que são desafios recorrentes em algumas comunidades. A divulgação de serviços de defensorias e ministérios públicos também é importante para que as comunidades ciganas tenham acesso à justiça e possam denunciar casos de violência e discriminação.

A promoção da igualdade e o reconhecimento étnico dependem da criação de um ambiente social e institucional que respeite e valorize as particularidades culturais e sociais das comunidades ciganas, garantindo-lhes o acesso a todos os direitos.

8.4 Fomento das políticas de ações afirmativas para população cigana

O fomento de políticas de ações afirmativas é fundamental para superar as barreiras históricas e o preconceito que limitam o acesso da população cigana a direitos básicos. Essas políticas são um instrumento crucial para promover a igualdade e o reconhecimento étnico, garantindo que os ciganos tenham acesso a oportunidades que lhes foram negadas por gerações.

Uma das principais áreas para o fomento de ações afirmativas é a educação. A pesquisa revela que o preconceito e a discriminação são barreiras significativas no ambiente escolar e no acesso ao ensino superior. Para combater isso, é preciso expandir as políticas de ações afirmativas no ensino superior, incluindo a garantia de permanência estudantil. A experiência de uma cigana que faz mestrado na Universidade de Brasília demonstra que, quando há apoio, os ciganos são capazes de alcançar altos níveis de escolaridade.

No campo do trabalho e da renda, as ações afirmativas podem ser implementadas para garantir a inclusão no mercado formal. Isso inclui a criação de incentivos para empresas que empreguem ciganos formalmente e a implementação de reserva de vagas no serviço público. A informalidade é a principal fonte de renda para a maioria das comunidades ciganas, e a falta de políticas de inclusão produtiva perpetua a insegurança econômica.

Na área da cultura, é crucial que as políticas de fomento incluam ações afirmativas e assistência técnica em editais culturais, garantindo que as expressões e tradições ciganas sejam valorizadas e promovidas. O reconhecimento institucional, por meio de editais e eventos, é uma forma de combater o preconceito e valorizar a riqueza cultural dos ciganos. Em suma, as ações afirmativas são ferramentas poderosas para combater a discriminação e o preconceito, que são os principais desafios enfrentados pelas comunidades ciganas. O seu fomento em áreas como a educação, o trabalho e a cultura é um passo decisivo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

8.5 Fortalecimento da participação social cigana na gestão pública

O fortalecimento da participação social das comunidades ciganas na gestão pública é um passo essencial para que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades, reconhecidas, garantindo a representatividade necessária para que os problemas enfrentados pela população cigana sejam inseridos na Agenda Pública.

A participação em conselhos locais, regionais e nacionais, assim como em associações e ONGs, é um dos principais caminhos para que a população cigana possa influenciar as políticas públicas.

Embora muitos já participem de conselhos e associações em diversos estados, como Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco, e representantes políticos se identificam como ciganos na Região Centro-Oeste, a pesquisa mostra que o engajamento ainda não é homogêneo em todo o país. Em alguns estados, a ausência de lideranças ou a falta de reconhecimento institucional são obstáculos para a organização e a representação.

Para fortalecer essa participação, é crucial que o governo e a sociedade civil promovam o diálogo intercultural e o protagonismo comunitário. A articulação entre as comunidades e o poder público pode levar a conquistas importantes, como o acesso a editais e a participação em eventos culturais. A criação de associações pode garantir a representação política e a defesa de direitos.

O fortalecimento da participação social não é apenas uma questão de direito, mas uma forma de garantir que as políticas públicas sejam mais eficazes, respeitando as particularidades culturais e sociais das comunidades ciganas.

9 Considerações Finais

O mapeamento da população cigana no Brasil revela uma realidade complexa, marcada por profundos desafios, mas também por notável resiliência e adaptação. A análise dos dados demonstra que a invisibilidade social e a falta de reconhecimento étnico são os principais obstáculos para a garantia da cidadania plena.

A pesquisa evidencia uma população que busca continuamente nas realidades urbanas e rurais instalar-se próximo aos serviços de saúde, assistência e educação, apontando para a necessidade de serem reconhecidos com cidadania. No entanto, o trabalho informal ainda é a principal fonte de renda, o que acarreta em uma profunda vulnerabilidade e insegurança alimentar, agravadas pela falta de acesso a direitos básicos como previdência, saúde e moradia. A discriminação e o preconceito são desafios persistentes que se manifestam nas relações sociais, nos serviços públicos e até mesmo no ambiente escolar, gerando evasão e limitando o acesso a oportunidades.

Apesar das dificuldades, o mapeamento revela que a população cigana não é inerte diante desses desafios. O protagonismo comunitário, manifestado por meio da criação de associações e da participação em conselhos, é um dos principais caminhos para a superação de barreiras históricas. As experiências exitosas em políticas públicas, como as ações afirmativas para o ensino superior e o acesso a programas sociais, mostram que a inclusão é possível quando há diálogo e respeito entre as comunidades e o poder público.

As recomendações aqui apresentadas, que incluem a produção contínua de dados, a inclusão em instrumentos de planejamento orçamentário, o fomento a políticas de ações afirmativas e o fortalecimento da participação social, são um roteiro para a construção de um futuro mais justo e equitativo para as comunidades ciganas no Brasil. O desafio, agora, é transformar a invisibilidade em reconhecimento, a vulnerabilidade em dignidade e a exclusão em cidadania.

Referências

BRASIL. **Decreto de 24 de maio de 2006**. Institui o Dia Nacional do Cigano, a ser celebrado em 24 de maio de cada ano. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2006. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Dia_Nacional_do_Cigano. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de políticas públicas para povos ciganos**. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha: a importância da geração de dados sobre os povos Romani (ciganos)**. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. **Portaria nº 1.315, de 23 de novembro de 2016**. Institui diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos – PNP/Ciganos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 nov. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/portarias/portaria-ndeg-1-315-de-23-de-novembro-de-2016>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.128, de 1º de agosto de 2024**. Institui o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos – PNPC. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 ago. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-politicas-para-povos-ciganos>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASÍLIA. Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan. **Relatório Ciganos no Distrito Federal**. Brasília: Codeplan, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero e raça. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 550-552, 2003.

CUPERTINO, P. S. S; FIGUEIRA, L. E. **A construção político-jurídica do Estatuto do Cigano: entre textos e tramas**. Tese em Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

MACHADO, Ana Cláudia Duarte. A invisibilidade cigana no Brasil: que ações podem ser tomadas? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 2, p. 1-17, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5665458.pdf>. Acesso em: 21 set. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Recomendações para a promoção dos direitos das comunidades ciganas**. Brasília: MPF, 2018.

SPAZIANI, Lídia. **A construção de estigmas sociais: o caso dos ciganos**. 2016. 200 f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-25102016-135228/publico/2016_LidiaSpaziani_VCorr.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

TEIXEIRA, Hélio. **Ciganos no Brasil: entre o preconceito e a invisibilidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.